



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 35 - Nº 683 - DE 26 DE FEVEREIRO A 11 DE MARÇO DE 2023 - R\$ 5,00

## 1 ano de Guerra na Ucrânia

**Resolução da ONU não é  
por uma paz sem anexação,  
é um ultimato à Rússia!**

**Lula contribuiu com a posição dos Estados  
Unidos e de seu bloco imperialista**

**SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, ORGANIZADA,  
UNIDA E EM LUTA PODE IMPOR O FIM DA GUERRA E  
DECIDIR SOBRE UMA PAZ SEM ANEXAÇÃO**



**Lênin e a luta  
bolchevique, na  
1ª Guerra Mundial,  
pela revolução  
proletária e por uma  
paz sem anexação**

# Um ano de guerra

*Somente a classe operária, com seu programa internacionalista, pode interromper o curso da barbárie*

No último dia 14, poucos dias antes da guerra completar 1 ano, os autodenominados aliados da Ucrânia se reuniram em Bruxelas, sede da OTAN, e se comprometeram a continuar fornecendo um grande volume de armas e munições para que a Ucrânia mantenha a sua resistência à Rússia. Na mesma semana, o Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg, fez um discurso alegando que a guerra está consumindo mais munições do que a capacidade produtiva de seus “aliados”. Pediu que se aumentassem a produção e os “investimentos na capacidade produtiva”.

Uma semana depois, Biden visitou a Ucrânia, no dia 20 de fevereiro, e fez um discurso em Kiev, prometendo levar a guerra até a derrota da Rússia. No dia seguinte, Putin anunciou que a Rússia estava suspendendo o tratado New Start, que estabelece a redução de armas nucleares. No dia 23, portanto, na véspera de a guerra completar um ano, a Assembleia Geral da ONU aprovou por 141 votos uma resolução que condena a Rússia pela invasão, exige a retirada das tropas russas “imediate, completa e incondicional”, bem como exorta por uma “paz justa e duradoura”, que garanta a “soberania e a integridade territorial da Ucrânia”. O Brasil, para disfarçar a sua capitulação, diante da resolução ditada pelos Estados Unidos, acrescentou a recomendação de “cessação das hostilidades” e a busca pela paz.

O imperialismo norte-americano e seus asseclas europeus, evidentemente, procuraram se livrar de qualquer responsabilidade pela guerra. Montaram um grande teatro para justificar a escalada militar, potenciada e impulsionada pelos Estados Unidos e seu complexo militar. Assim, os abutres mundiais posaram de cálidos amantes da paz, da soberania dos povos e da democracia. A realidade, no entanto, mostra que as potências que têm usado o povo ucraniano como bucha de canhão na guerra com a Rússia não têm como esconder seus interesses econômicos, voltados à imensa e rica região antes controlada pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), desmornada e atomizada em várias nacionalidades em dezembro de 1991.

De conjunto, o fundamental está em que esses acontecimentos indicam que a guerra está longe de terminar. E indicam também uma possibilidade real de que ultrapasse as fronteiras ucranianas. A tendência é de recrudescimento do conflito, com aumento do parasitismo financeiro da indústria bélica, maior envio de armamentos e munições para a Ucrânia e maior movimentação ofensiva por parte da Rússia, que deixou claro que poderá usar as “armas nucleares táticas”, no caso dos Estados Unidos, seu braço armado, a OTAN, e seus aliados europeus chegarem a ameaçar a sua “segurança”.

Estava claro nos últimos anos que a escalada no investimento bélico por parte dos países imperialistas era de preparação para uma conflagração ampla e duradoura. O cerco da OTAN à Rússia e a guerra comercial dos Estados Unidos com a China formam os pilares dessa crise global. Os lucros desse setor monopolista atingiram patamares extraordinários. O apelo de Stoltenberg para que se invista mais e mais em armamentos deve ser visto como um alerta para as massas em geral, que seguirão pagando caro pelo avanço da crise econômica mundial e, em particular, pela população ucraniana, que continuarão sendo massacradas pelos interesses expansionistas e anexionistas do imperialismo, encabeçado pelos Estados Unidos, e pelas necessidades protecionistas, portanto, capitalistas do Estado Russo.

O movimento do governo Putin de sair do tratado de limitação de produção de armamentos nucleares foi interpretado por muitos analistas como sinal de que não tinha mais nada para anunciar. E que foi uma medida meramente formal de algo que já não era cumprido por nenhum dos lados. Um dos argumentos de Putin foi de que os

tratados futuros devem incluir o Reino Unido e a França. A questão nuclear ganhou uma nova dimensão após a Segunda Guerra Mundial. E, agora, emerge sob o perigo de uma terceira guerra.

A transcendência da guerra na Ucrânia ainda não foi percebida e assimilada pela classe operária e pelas massas trabalhadoras em geral. O que significa compreender o lugar dos Estados Unidos como um perigo para a humanidade. Seu empenho em prolongar a guerra na Ucrânia e colocar a OTAN em confrontação com a Rússia constitui o grande problema da crise mundial, que vem se desenvolvendo a passos largos.

A Rússia e os EUA têm aproximadamente o mesmo número de ogivas, algo em torno de 6000 cada. Depois deles, a China, com 350 ogivas; Reino Unido e França têm juntos aproximadamente 515 ogivas.

Como se vê, a visita de Biden à Ucrânia resultou de uma operação especial, mostrando que está disposto a levar a guerra contra a Rússia às últimas consequências. De lá partiu para a Polônia, que serve de instrumento da OTAN e dos Estados Unidos para alimentar os ódios nacionais e levar adiante a guerra fronteiriça. Foi um movimento que visa a ampliar o apoio internacional, diante de uma crescente apreensão da população europeia com o prolongamento da guerra e suas terríveis consequências, que recaem sobre a maioria oprimida. O discurso ideológico do chefe imperialista, de que se trata da “defesa da liberdade”, e que essa defesa “não é um trabalho de um dia ou de um ano”, revela que pretende prolongar essa guerra o quanto for necessário para alcançar seus objetivos, e, para isso, garantiu mais armas e recursos para o governo ucraniano, bem como novas sanções contra a Rússia.

Fica claro que as tendências bélicas da crise do capitalismo continuam avançando e se confirmando em cada acontecimento particular. A possibilidade de uma guerra generalizada na Europa, ou mesmo que chegue à América, não é mera especulação, deve ser encarada com seriedade pela vanguarda, o que exige também uma resposta à altura. E somente a classe operária, apoiada na maioria oprimida, pode responder à guerra de dominação e dar um curso revolucionário à desintegração mundial do capitalismo. Os explorados europeus ensaiaram uma resposta, com greves na França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha etc.. O movimento parte da resistência à alta do custo de vida e às contrarreformas capitalistas, que sacrificam antigos direitos dos trabalhadores.

A raiz desse problema está na crise histórica de direção do proletariado, que se encontra desorganizado e despreparado para responder com sua política e métodos próprios. Assumir plenamente essa constatação, possibilita à vanguarda com consciência de classe se esforçar em aplicar o programa da revolução e do internacionalismo proletários em condições tão difíceis.

Ao longo desse último ano, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) acompanhou e desenvolveu cada aspecto particular da guerra, além de expor suas raízes históricas. Elaborou um conjunto de bandeiras que tem o objetivo de unificar a classe operária russa, ucraniana e de todo o mundo. Assim, demonstrou que se trata de uma guerra de dominação, onde a Ucrânia é usada como bucha de canhão pelo imperialismo, em seu cerco à Rússia, por um lado, e usada como escudo pela Rússia, por outro, em sua ação defensiva em relação ao cerco da OTAN. Faz parte dessa relação fortalecer os planos imperialistas de cerceamento da China. A guerra percorreu longo doze meses, e vem confirmando que somente o proletariado pode impor uma paz sem anexação, uma paz ditada pelos explorados em luta contra a guerra, uma paz que interrompa a escalada militar e o curso de uma conflagração mundial.

# Lula decreta salário mínimo de fome

Quando Lula foi eleito, em outubro de 2002, fez a promessa de dobrar o valor do salário mínimo. A defasagem que vinha do governo FHC era enorme, devido, entre outros fatores, à brutal desvalorização promovida pelo Plano Real. Lula pôde recompor o valor dos salários, contando com um relativo fôlego da economia mundial, principalmente por causa da exportação de commodities para a China. Esse fato marcou a sua governabilidade aos olhos de milhões de trabalhadores e de suas famílias. Desta vez, em sua disputa com Bolsonaro, o petista não teve como rememorar a promessa eleitoral dos 100% em 2022.

Os anos de esmagamento do valor do salário mínimo, cujos reajustes mal repuseram a inflação, sob o governo de Temer e Bolsonaro, retrocederam a valorização ocorrida nos mandatos de Lula. De volta à presidência da República, porém, o chefe do PT procurou se afastar da antiga promessa de dobrar o poder de compra do salário mínimo. Somente assim poderia arregimentar amplo apoio em setores da burguesia e, inclusive, de parte dos partidos oligárquicos opositores a Bolsonaro.

Governadores e prefeitos se opõem a qualquer valorização real. Os politíqueiros da burguesia precisam explorar até a medula os trabalhadores que ganham de um a dois salários mínimos. O mesmo se passa no setor privado, principalmente aqueles que baseiam seus negócios à custa de empregar pagando o salário mínimo.

Eis por que aumentou o número do contingente que sobrevive com até um salário mínimo, em vez de diminuir. O período da Pandemia serviu de justificativa para tamanha monstruosidade. Mas, o fato é que a taxa dos que dependem desse parco ganho se elevou e continua alta.

O novo governo de Lula se assenta nessa realidade social completamente adversa a 30,2 milhões de brasileiros que dependem, para tocar a vida, de até 1 salário mínimo. Em termos relativos, são 34,4% da população. Há que ressaltar que 43,1% dos negros ocupados são os mais sacrificados.

Bolsonaro deixou a herança de um salário mínimo de R\$ 1.302,00, reajustado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). As centrais sindicais pretendiam que Lula o elevasse para R\$1.382,71. Estava combinado que se realizaria uma

negociata. Mas, Lula adiou a mudança para 1º de Maio, quando o salário mínimo passará para R\$ 1.320,00.

A miséria não é provocada apenas pelo desemprego – a pior das chagas do capitalismo –, mas também pelos baixos salários, principalmente pelo salário mínimo muito aquém das necessidades elementares da família operária. O subemprego e a informalidade se encarregam de colocar milhões de trabalhadores na condição de indigentes, que sobrevivem com menos de 1 salário mínimo.

***A miséria não é provocada apenas pelo desemprego – a pior das chagas do capitalismo –, mas também pelos baixos salários, principalmente pelo salário mínimo muito aquém das necessidades elementares da família operária. O subemprego e a informalidade se encarregam de colocar milhões de trabalhadores na condição de indigentes, que sobrevivem com menos de 1 salário mínimo.***

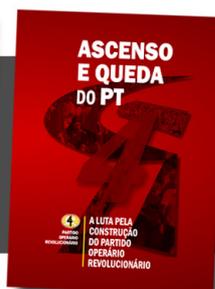
A exploração capitalista do trabalho é a fonte de onde emana a pobreza, miséria e fome, que atingem a maioria dos brasileiros. Lula sabia que, se eleito, para governar, teria de ter o compromisso com a classe capitalista de que manteria o salário mínimo de fome e todas as contrarreformas de Temer e Bolsonaro (reformas trabalhista e previdenciária, e lei da terceirização). Seus discursos contra a miséria e a fome se tornaram cansativos e burlescos. Já não há espaço para a demagogia e o cinismo, como havia nos oito anos em que governou o País, distribuindo migalhas assistenciais aos famintos e concedendo reajuste do salário mínimo acima da inflação.

O problema, certamente, não está no caráter burguês de Lula, mas sim na política de subserviência das direções sindicais e dos movimentos populares, que vergonhosamente propunham um reajuste um pouco acima do que foi finalmente decretado pelo falastrão petista. O problema está nas correntes de esquerda que votaram em Lula no primeiro ou no segundo turno, e que agora têm de apoiar o governo burguês de frente ampla, ou posar de oposição democrática em nome dos trabalhadores.

O Partido Operário Revolucionário, principalmente por meio de seu Boletim Nossa Classe, faz uma campanha de denúncia do salário mínimo de fome de Lula e da política de conciliação de classe das direções sindicais. Faz uma campanha em defesa do salário mínimo vital, reajustável automaticamente de acordo com a elevação do custo de vida. E luta pela revogação imediata das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

ADQUIRA

COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DO MASSAS



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



# Assembleia na Volks: Só a classe operária, organizada e em luta coletiva, pode garantir os empregos, salários e direitos

No dia 16 de fevereiro, o sindicato metalúrgico do ABC realizou assembleia com os operários da Volkswagen. Os dirigentes sindicais, ligados à CUT, que deveriam defender a independência do sindicato frente ao governo burguês de Lula, e convocar os trabalhadores para lutar em defesa dos empregos, dos salários e direitos, pela revogação da reforma da previdência e trabalhista, pelo fim da cobrança de Imposto de Renda sobre os salários, fizeram o contrário. Em suas falas defenderam o governo e os interesses da Volks.

José Roberto, o bigodinho, coordenador do CSE, depois de informar que a Volks iria parar a produção de 22 de fevereiro a 6 de março, mentiu ao dizer “temos um acordo fundamental que dá garantia de emprego aos trabalhadores diretos e instrumentos como lay-off e banco de horas”. Como esses pelegos vendidos podem falar que o acordo garante emprego, se todos lembramos o protesto que trabalhadores demitidos pela Volks fizeram em frente ao sindicato - a maioria com doença profissional - em fevereiro de 2022 e os mais de 90 demitidos em agosto, que entraram com processo de reintegração.

O lay-off e o Banco de horas são instrumentos de flexibilização capitalista, que só beneficiam os patrões, jamais devem ser defendidos pelo sindicato. A classe operária precisa rechaçar toda as formas de flexibilização capitalista do trabalho e defender a bandeira da redução da jornada, sem redução de salários, a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos aptos ao trabalho, empregados e desempregados.



## Oposição revolucionária ao governo Lula

O diretor do sindicato, Wellington Messias, na assembleia se mostrou um verdadeiro capacho do governo, ao exaltar o anúncio feito por Lula, de que a isenção do IR passará para R\$ 2.640, fingindo não lembrar que, na campanha eleitoral, Lula havia prometido que a isenção seria a faixa de até R\$ 5.000. Para defender o governo burguês de Lula, Wellington e a direção do sindicato abandonam, esquecem a bandeira da CUT de que salário não é renda. Exaltam o salário de miséria de R\$ 1.320, anunciado pelo governo Lula para maio, e abandonam a luta pelo salário do Dieese, que defende que o salário para manter uma família de 4 pessoas deve ser de R\$ 6.580. Portanto, devemos exigir que os sindicatos e centrais organizem a luta pela bandeira; nenhuma cobrança de IR sobre os salários dos trabalhadores. Por um salário mínimo vital, suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias.

## Burocracia preocupada com a revolta dos operários e o voto nulo!

Outro a falar na assembleia foi o Wagner Santana, ex-presidente do sindicato. Wagnão chamou os trabalhadores a votarem na chapa para a Comissão de Fábrica apoiada pela direção do sindicato. Teve a cara de pau de dizer que os candidatos da chapa que a direção apoia “são de luta, que defendem os trabalhadores”. Todos na fábrica sabem que não é verdade.

Quando os trabalhadores demitidos pela Volks foram ao sindicato exigir que a direção organizasse a luta para impedir as demissões e defender os empregos, os diretores do sindicato foram para cima, ameaçando fisicamente os trabalhadores. Todos viram o vídeo do Tonhão, representante da ala 38, tentando agredir um companheiro demitido. Esses são os que o Wagnão diz defender os trabalhadores? Todos na fábrica sabem que os diretores e candidatos apoiados pela direção, já não representam os trabalhadores, que eles só vão na área para ameaçar e perseguir os trabalhadores que fazem críticas à política pelega da direção. Por isso, como não foi possível lançar uma chapa de oposição de luta para a Comissão de Fábrica, devido às exigências burocrática, chamamos os trabalhadores da Volks e demais empresas metalúrgicas, a Votar Nulo! Pela construção de oposições de luta, democráticas, independentes classistas e revolucionárias em todas as fábricas.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



# NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Fevereiro de 2023

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com -- www.pormassas.org

@massas.por -- anchor.fm/por-massas

Rio Grande do Sul | Nota do Boletim Nossa Classe - Fevereiro de 2023

## Jovem operário morre esmagado por uma empilhadeira

Na última semana, chamou atenção da imprensa burguesa gaúcha a notícia de um jovem de 16 anos que morreu em decorrência de um acidente de trabalho enquanto operava uma empilhadeira em uma fábrica de pneus na cidade de Caxias do Sul. A região sul do país ocupa o lugar de destaque nas estatísticas referentes à acidentes de trabalho, que ocorrem principalmente na indústria. O Rio Grande do Sul, entre os três estados, é o melhor colocado nesse trágico ranking e isso se deve à colaboração das burocracias sindicais vendidas ao grande capital e à ausência de organização e luta dos operários.

Na região da serra, onde mais se concentra a indústria do Rio Grande do Sul, inexistente uma tradição de luta operária, porque na sua formação socioeconômica sempre esteve presente uma baixa desigualdade social, baixo índice de desemprego e salários mais altos em relação a outras regiões do país. Esta característica, somada à colaboração das burocracias sindicais, manteve os movimentos políticos de esquerda afastados da classe operária, permitindo à burguesia local completo controle ideológico dos explorados.

Assim, o ocorrido com o adolescente foi motivo de lamento e congratulações aos pais por criarem um filho que desde cedo se dedicou a trabalhar, o que reflete a cultura dessa região, de que o trabalho duro enobrece e de que tais acontecimentos não passam de uma tragédia acidental, quando não responsabilizam a própria vítima por não tomar os cuidados necessários.

A inexpressividade histórica da organização e da luta operária manteve e mantém os trabalhadores reféns da ditadura fabril e normalizam todas as ofensivas burguesas contra os direitos dos trabalhadores e sua integridade física, assim como o trabalho infantil. Nessa região, é comum ver adolescentes trabalhando nas fábricas, e jovens recém-saídos do ensino médio ou que ainda nem terminaram os estudos básicos, são a maior parte dos trabalhadores da indústria. Porém, a mentalidade criada pelas condições do desenvolvimento econômico não anula as contradições criadas pelas relações de produção e apropriação capitalistas, e a serra gaúcha não está desconectada da cadeia mundial do capitalismo.

Os impactos da crise estrutural do capitalismo e o saque imperialista estão penetrando cada vez mais rapidamente nessa região e mostrando seus efeitos com os recentes fechamentos de fábricas e a recorrência ao trabalho análogo à escravidão na indústria, também na elevação da carestia de vida, que ocasiona o aumento da criminalidade, pois esta é produto do aumento da miséria e da fome que se alastram conforme a burguesia se mostra incapaz de manter a estabilidade do seu sistema econômico.

É essa situação objetiva que abre caminho para a penetração da política revolucionária, única capaz de despertar a consciência da classe operária. Por isso, é inadiável a construção do Partido Operário Revolucionário no Rio Grande do Sul, o único partido que encarna o programa político capaz de libertar a classe operária e demais oprimidos da exploração e degradação.

Pernambuco - Boletim Nossa Classe - Fevereiro de 2023

## Política Operária

O Boletim Nossa Classe chama a não confiar no novo governo burguês de Lula e erguer a luta por um programa próprio de reivindicações. Traz uma nota sobre os rodoviários, reforçando a convocatória para a assembleia sindical de 2 de março.

Seguem alguns trechos:

“Sem a luta unificada dos rodoviários, a patronal segue seus abusos. Denuncia que na última semana, a empresa Caxangá está cobrando multa por autuação do Grande Recife aos motoristas. A Vera Cruz continua pressionando os Tabelas a trabalharem de sábado, ferindo uma parte do direito de folga dos trabalhadores. A dupla função se intensificou e foi normalizada pela direção do Sindicato e pela oposição patronal da ABIRPE. Os salários mal pagam as despesas da família dos trabalhadores. (...) Diante dos ataques da patronal, a defesa real do sindicato deve ser feita convocando a categoria para organizar a luta”.

O Boletim Nossa Classe defende: **1) que a direção do Sindicato convoque amplamente a Assembleia do dia 2 de março; 2) que o Sindicato realize assembleias nas garagens, para organizar o comitê de luta; 3) confiar nas nossas próprias forças - que a Assembleia organize um calendário de luta: com paralisação, greve e manifestações de rua contra a dupla função! Pela readmissão dos rodoviários demitidos! Em defesa dos salários e direitos!”.**

A militância do POR além de distribuir o Boletim na garagem de ônibus, realizou uma , panfletagem em uma fábrica de alimentos. Houve grande interesse dos operários, sobretudo os terceirizados, que sentem a corrosão do poder de compra e os abusos patronais, com extensão de jornada e manobras para não pagar as horas-extras. Os operários reclamaram da ausência total do sindicato, que não convoca assembleia, para organizar a luta por salários e direitos.

São Paulo

## “Tragédia” ocorrida no Litoral Norte de São Paulo: mais um crime de classe da burguesia



Sempre que o ocorre uma “tragédia”, como a recente no Litoral de São Paulo, com dezenas de mortos e centenas de desabrigados, a burguesia e sua imprensa correm a fazer uma “campanha de solidariedade” e de “ajuda humanitária”, recheadas de muita comoção. Sobrevoam a área devastada e formam um verdadeiro “mutirão de autoridades” para fazer demagogia. No caso dos deslizamentos ocorridos no litoral norte de São Paulo não poderia ser diferente.

Lula, juntamente com sua comitiva de ministros, governador e prefeito, correu a dizer que “... apesar das divergências políticas, pela primeira vez era uma parceria que não se via há muitos anos...”, e que “... devemos rezar para não chover mais...”. Como resultado prático, anunciou uma verba de sete milhões de reais para a reconstrução de moradias e outras medidas paliativas para mitigar os estragos. Resumo: Nada mudará.

Nestas regiões, nas encostas dos morros, nos becos, nas vielas e nas trilhas, sem as mínimas condições de habitação, em situação de constante risco de desabamentos, moram as famílias de trabalhadores e trabalhadoras que abastecem com mão de obra barata os hotéis, pousadas e casas de veraneio. Por receberem salários de fome e viverem da informalidade, essas famílias são empurradas para as áreas de risco.

O que ocorreu no Litoral Norte, é o mesmo que aconteceu recentemente em Petrópolis (RJ), em Minas Gerais e na Bahia. Centenas de pobres perderam a vida. As autoridades prometeram ajuda aos que perderam suas casas, mas nada saiu do papel. No

momento da tragédia, todos lamentam a situação de pobreza e miséria dessas famílias, é o que se passa agora no Litoral Norte. O fato é que a burguesia e seus governantes não podem assegurar as condições de moradia aos mais de 10 milhões de brasileiros que vivem nas denominadas áreas de risco. Dessa vez, Lula e Tarcísio discursaram em favor da construção de casas para os que perderam tudo no município de São Sebastião. Certamente, será preciso um grande movimento social para exigir que a promessa seja colocada em prática.

Cabe as centrais, sindicatos e movimentos populares organizarem uma poderosa luta em defesa da moradia a todos os sem-teto, seja para os que perderam suas casas com as chuvas, seja para os que estão em barracas e terrenos ocupados. Rezar para não chover (como disse Lula), ficar na dependência da campanha de solidariedade, viver nos abrigos improvisados, tudo isso, logo mais ficará para trás. A única coisa que sobra é a confiança em nossas próprias formas de luta. Para isso, as direções sindicais e populares devem tomar à frente e organizar as mobilizações para arrancar dos governantes a moradia e, para muitos, também o emprego e o salário, que também foram carregados pelas chuvas.

O POR, diante de uma tragédia como essa, mostra que o capitalismo em sua fase de desagregação só reforça a barbárie social. O que ocorreu no Litoral Norte é o que vem se passando com a matança do povo Yanomami, com o flagelo dos milhares moradores de rua (só em São Paulo são quase 40 mil pessoas) e com os milhões de desempregados e subempregados. As chuvas, terremotos, maremotos e furações expressam tão somente o avançado estágio de anarquia da produção capitalista e o consequente avanço da miséria. Está aí por que não se pode ocultar que essas tragédias são crimes de classe da burguesia. O capitalismo é um sistema econômico e social que tem de ser sepultado por meio da revolução proletária. Somente com a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a implantação da propriedade social, comunista, será possível edificar uma sociedade onde não haverá a exploração do homem pelo homem, nem a destruição da natureza.

## Posição do POR no ato contra a privatização da SABESP

Com a palavra de ordem, “Água e Energia: Não são mercadorias! Diga não à privatização da Sabesp”, o Sindicato dos trabalhadores em água, esgoto e meio ambiente de São Paulo (SINTAEMA), junto com as Centrais Sindicais convocaram um ato, que se realizou no dia 14 de fevereiro em frente a Bolsa de Valores de São Paulo, para denunciar a venda da estatal. Os discursos foram no sentido de não permitir a privatização. Foi um ato somente de direções sindicais e de representantes dos trabalhadores da Sabesp. Esse caminho é de derrota dos trabalhadores.

As estatais foram privatizadas - a energia, o transporte, a telefonia e agora a água -, a Sabesp também tem um número de trabalhadores terceirizados, isso implica ter empresas privadas dentro das estatais, um passo para a privatização. As direções sindicais só realizam atos simbólicos, formato que adquiriram para levar a reivindicação das massas oprimidas ao parlamento. Não é à toa que o ato teve um tom de apoio ao governo Lula de Frente Ampla, para que evite a privatização da Sabesp.

Lutar contra a privatização da Sabesp requer um movimento de fato. Mas o que fazem os burocratas sindicais são atos visando a conciliação de classes, de defesa da “pressão” ao parlamento e em busca de alguma negociação.

Os discursos no ato mostraram essa política, contrária às ações e aos métodos próprios dos trabalhadores, que são as greves, para enfrentar a política entreguista dos governantes.

*É preciso erguer verdadeiramente um movimento contra as privatizações, exigir as reestatizações de tudo que foi privatizado, levantar a reivindicação de fim de toda empresa terceirizada e defender a efetivação de todos os trabalhadores de forma direta. É preciso ainda levantar um Dia Nacional de Luta em defesa das reivindicações próprias da classe operária e dos demais oprimidos. A Classe operária precisa exigir das direções de seus sindicatos e das Centrais Sindicais, que são inúmeras, que rompam com a farsa da pressão aos deputados e aos governantes e convoquem uma verdadeira a luta em defesa da Sabesp.*

São Paulo

## Participação do POR na Plenária dos Servidores Públicos

A Plenária foi convocada pela CSP-Conlutas. Ocorreu no dia 11 de fevereiro e tinha como objetivo preparar uma mobilização contra a decisão do governo bolsonarista Tarcísio de Freitas de privatizar a Sabesp. No ponto sobre a conjuntura, as Correntes se posicionaram contra a política de privatização de Tarcísio. O PSTU criticou a conduta do PT, que no passado impôs a Parcerias Público-Privadas, que também é uma forma de privatização. Destacou que as direções sindicais, vinculadas ao PT, farão de tudo para frear as lutas e que é preciso defender a independência dos sindicatos diante do governo Lula. Certamente, isso não passava de discurso, porque o PSTU chamou o voto no PT, no segundo turno e seus sindicatos ligados à CSP-Conlutas pouco se diferencia da política de conciliação de classe da burocracia cutista.

A intervenção do POR se reportou ao avanço da crise econômica, agravada pela guerra na Ucrânia e pelo avanço da escalada militar dos Estados Unidos. E as duras consequências que recaem sobre a população pobre de todo o mundo. Ressaltou a política dos países imperialistas sobre o Brasil e a

pressão do grande capital para que os governantes avancem com as privatizações e ampliem a entrega dos recursos naturais. A privatização da Sabesp é parte do plano entreguista que privatizou grande parte das estatais. A tarefa urgente é organizar uma luta consequente contra a privatização. O que implica organizar as assembleias de base, constituir os comitês de luta e armar um poderoso movimento nacional contra o saque imperialista às nossas riquezas.

Sobre o ponto da reforma administrativa, apenas aprovou que os sindicatos convoquem as assembleias, visando construir uma frente única sindical contra as políticas privatistas e as medidas que eliminam direitos dos servidores públicos. Na verdade, tudo muito vago.

A iniciativa de convocar uma Plenária dos Servidores Públicos foi um passo importante, mas é preciso dar continuidade nessa tarefa, para que possa de fato romper a passividade que impera nas direções sindicais, bem como a submissão ao governo de frente ampla de Lula.

Funcionalismo Público Federal

## Sem luta, não há negociação real

### Proposta de reajuste salarial de 7,8% ao funcionalismo mantém o arrocho

### Rejeitar a proposta e convocar as assembleias, comitês e paralisação para conquistar a reposição das perdas e revogar as contrarreformas

A grande maioria do funcionalismo público federal amarga um grande arrocho salarial, as entidades nem mesmo apresentam um índice das perdas reais acumuladas ao longo dos governos, uma vez que consideram as mudanças em planos de carreira como um tipo de reajuste. A ausência de divulgação do índice das perdas inflacionárias já é parte de uma política de conciliação. Apesar de a Constituição Federal estabelecer a revisão anual e linear dos salários do funcionalismo, com paridade para aposentados e data-base em janeiro, há tempos as direções fazem acordos em separado em carreira e benefícios. Postura corporativista que quebra a força coletiva do funcionalismo público.

Sob o governo Bolsonaro, o funcionalismo foi elogiado pelo ex-ministro da Economia por seu “patriotismo” em nem mesmo reivindicou a reposição salarial, sob a pandemia. O ex-ministro também se vangloriou de ter feito uma reforma administrativa “invisível”, com grande economia com o bloqueio de novos concursos e arrocho salarial. A reforma da previdência de Bolsonaro também levou a um confisco salarial, com o aumento da contribuição previdenciária. A anestesia só foi rompida quando Bolsonaro anunciou, no fim de 2021, que daria um reajuste aos policiais federais. Mas a ruptura foi apenas aparente. O blefe do Fonasefe em torno de uma greve pela reposição de 19,99% serviu mais para bloquear o aumento dos policiais do que para garantir o reajuste linear. Datas de deflagração de greve eram marcadas

e desmarcadas com grande leviandade. Os que acreditaram e saíram na frente, ficaram isolados, como os trabalhadores do INSS, BC e alguns Institutos Federais e Universidades. Sem luta, apenas com atos por delegação voltados à pressão parlamentar e eleitoralismo, não foi obtido nada.

O sindicalismo do funcionalismo público trabalhou pela vitória do governo de frente ampla, seja no primeiro ou segundo turnos. Saudaram o resultado eleitoral e prestigiaram a posse de Lula/Alckmin. O Fonasefe anunciou a mesa de negociação permanente montada pelo governo como uma grande vitória. O índice foi atualizado para 29,64%, considerando apenas as perdas sob o governo Bolsonaro. Ou seja, já se abriu mão de um índice que corresponda a todas as perdas.

No caso dos professores, somente as perdas provocadas por distorções na carreira, são calculadas em 60% no regime de 40h e 55% no regime de dedicação exclusiva. Em 2008, o governo Lula criou a categoria de associados, adiando o topo da carreira em mais 4 níveis. O último acordo foi feito após a greve de 2015, assinado pelo Proifes, contra a deliberação das assembleias, inseriu mais distorções, com maiores reajustes para os níveis com menos professores e maior arrocho entre os adjuntos, há níveis que acumulam mais de 40% de perdas inflacionárias.

Sem luta, cultivando a ilusão da categoria, as entidades ouviram do governo uma proposta extremamente rebaixada,

que varia de 7,8% a 9%, conforme o mês em que for dada (de março a maio). Além disso, o governo propôs um reajuste de R\$200 no auxílio alimentação, que não inclui os aposentados. As direções se colocam dentro do que consideram “possível” no novo orçamento resultante da emenda constitucional da “transição”. O governo delimita um montante de R\$11,2 bilhões, inclusive para o auxílio alimentação, os sindicalistas dizem que há margem para um pouco mais. A formalização da proposta pelo governo foi de 7,8%. O chamado “revogaço” das contrarreformas, já na primeira “negociação” foi substituído por algumas poucas medidas ditas antissindicalistas. Nem se fala de um movimento geral dos explorados para revogar as reformas trabalhista e da previdência.

Nessa hora, a realidade se impõe, embora as direções governistas e capituladoras a procurem ocultar. Não há recurso para a reposição integral das perdas inflacionárias e para recuperar os direitos destruídos, pois o governo precisa garantir prioritariamente a sustentação do parasitismo da dívida pública e honrar seus compromissos com a oligarquia política, cuja expressão mais apodrecida é o Centrão. Mesmo com o STF considerando inconstitucionais as emendas de relator, Lula pactuou com Arthur Lira de manter R\$9,8 bilhões para o “toma-lá-dá-cá” no Congresso Nacional, agora sem o nome de orçamento secreto.

A realidade demonstra que a luta pelos salários e pela revogação das contrarreformas só pode se dar contra o governo,

em oposição revolucionária, com os métodos próprios das greves, manifestações e ocupações. Não passa de palavreado vazio da burocracia sindical dizer à categoria que isso é emergencial e essas perdas poderão ser recuperadas em 2024. O governo, acossado pela crise política e diante um cenário mundial com prognósticos de recessão nas principais economias, terá menor margem para concessões aos trabalhadores. Queremos tirar a “granada” que Guedes colocou em nossos bolsos, mas a proposta do governo a mantém lá. Qualquer vitória deverá ser arrancada com nossa luta organizada, unitária e coletiva. Nenhuma ilusão no governo burguês e suas mesas de enrolação. Nenhuma confiança nas direções governistas e capituladoras.

Para o dia 28 de fevereiro está marcada uma nova rodada de negociação. Defendemos que sejam convocadas as assembleias de base e os comitês unificados do funcionalismo para definir os métodos de luta condizentes com nossas reivindicações. Se os 27% emergenciais já eram um índice rebaixado, como as direções pretendem aceitar cerca de um terço, sem luta? Em vez das vigílias e atos por delegação, em Brasília, que só demonstram passividade, é preciso construir um dia de paralisação unificado. As direções governistas têm nos levado ao campo estreito do possibilismo colaboracionista. A categoria deverá rejeitar esse caminho e construir uma ampla unidade dos trabalhadores e retomar seus métodos próprios de luta para reconquistar os direitos destruídos no último período e repor o que a inflação e o arrocho retiraram dos salários.

**Geará**

**Eleições da APEOC: burocracia confirma a “vitória” da chapa única**

No dia 16 de fevereiro, ocorreu a eleição para diretoria da APEOC com chapa única da burocracia sindical, intitulada “Na direção certa” (PCdoB, PT, PSOL). A chapa obteve ao menos 97% dos votos, segundo o site da direção do sindicato. Conforme os dados da própria APEOC, o total de votantes foi de 4.693, tendo a chapa 1 obtido 4.559 votos, e os voto nulos e brancos alcançado 60 votos cada. Chamou a atenção o fato da burocracia sindical ter revelado publicamente alguns números desta eleição. Isso porque a divulgação dos dados eleitorais (nº de eleitores aptos a votar, percentual do quórum etc.) em geral, permanecem como um segredo guardado a sete chaves. A razão não é difícil de compreender: a burocracia evita revelar o quando é desprezada pela base de professores na hora da votação e o quanto faz questão de que esta base não participe do processo eleitoral. Basta que se compare os votos obtidos por ela na recente eleição com o número de trabalhadores na base, em mais de 40 mil! Este quadro geral da votação, demonstra, por si só, o caráter antidemocrático da eleição e o quanto a burocracia se impõe sobre a categoria.

Os critérios antidemocráticos estabelecidos, desde longa data, pela burocracia sindical, no estatuto da entidade (na prática, a exigência de um representante sindical para cada um dos 148 municípios do estado, controle completo da comissão eleitoral etc.) inviabiliza a inscrição de chapas de oposição. Diante da impossibilidade de concorrer nas eleições sindicais, a Corrente Proletária na Educação/POR chamou o professorado a votar nulo em defesa da independência de classe do sindicato diante dos governos burgueses.

A Corrente Proletária na Educação denunciou que o edital para a inscrição de chapas para a eleição do sindicato (como de costume) foi pouco divulgado e que muitos docentes, que acompanham diariamente o site da entidade, afirmaram que o anúncio só en-

**R\$5**

**Adquira com o distribuidor de Massas:**



**O marxismo e as primeiras formulações sobre a Mulher**

August Bebel



**POR** Partido Operário Revolucionário

**MASSAS**

trou no site após o fim do período de inscrição das chapas. Mesmo sabendo que não existe uma oposição unificada capaz de inscrever chapa, a atual direção da APEOC evitou dar maior publicidade ao processo eleitoral, de forma que as eleições não sejam de amplo conhecimento da categoria.

Há muito que a direção do sindicato APEOC reproduz métodos burocráticos e arbitrários para defender sua política de colaboração com os governos. São exemplos disso, as assembleias fantasmagoras, a tomada de decisões unilaterais sem consulta à categoria (como a desfiliação da CUT), a falta de transparência na prestação de contas e as constantes traições à categoria, como a que ocorreu na recente luta sobre os precatórios.

A tarefa colocada após as eleições é a de constituir uma oposição classista e combativa, que lute contra a conciliação de classe com os governos burgueses, pela democracia operária nos sindicatos e por um plano de lutas assentado nos métodos da ação direta. O POR convoca os professores com consciência de classe a cerrarem fileiras em torno a esse objetivo.

## Balanço da 178ª Plenária Nacional do SINASEFE Não serviu para organizar uma campanha salarial ativa dos servidores federais

Nos dias 11 e 12 de fevereiro ocorreu em Brasília a 178ª Plenária Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (Sinasefe), com técnicos administrativos (TAEs) e docentes dos Institutos Federais e Colégios Militares. A principal pauta da Plenária foi a campanha salarial, além da análise de conjuntura, informes das seções e discussão das pautas de carreira.

A direção do sindicato (PSOL/PT) deu os informes da abertura da Mesa de Negociação com o governo Lula, com tom de comemoração. O Sinasefe, que participa do FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais), reivindica a recomposição emergencial de 26,94%, considerando a perda dos 4 anos do governo Bolsonaro, e reajuste de benefícios. Lobão (PSOL) afirmou que o governo ofereceu 6%, e que as entidades decidiram esperar para cobrar um índice maior. Segundo Lobão, Lula está disposto a dar o reajuste, só aguardava ação do sindicato para as negociações começarem. Diante da “boa vontade” do governo em negociar PT e PSOL defenderam a necessidade do movimento atuar considerando as limitações da LOA 2023, e que provavelmente a reposição emergencial solicitada pode ser aceita de forma parcelada. Apesar da Plenária ter como principal ponto a Campanha Salarial, a direção não propôs o calendário de luta para impulsionar a base na luta pelo salário e os direitos que estão sendo atacados, fez questão de reafirmar que ainda não é a campanha salarial 2023-2024, que isso será construído em outro momento.

A Plenária foi organizada com atrasos no início dos trabalhos e distribuição do tempo que não favoreceu os encaminhamentos das discussões. Houve informes das pastas da direção, e das seções. Os informes das seções expressaram a indignação com o congelamento salarial, e em algumas falas foi alertado a importância de o sindicato ter independência quanto ao governo Lula. A CNS (Comissão Nacional de Supervisão) apresentou o plano de carreira dos TAEs, com resgate das perdas de salários e benefícios dos TAEs. Na discussão, alguns servidores defenderam o reajuste diferenciado, considerando que os técnicos tiveram uma maior perda salarial em comparação aos docentes. A Comissão Nacional Docente (CND), apesar dos diversos ataques à carreira docente, como a imposição do controle de ponto e a portaria que impede a redistribuição, não houve apresentação de nenhuma proposta da CND quanto a estes pontos ou do próprio congelamento salarial e precarização do trabalho, a exemplo dos professores substitutos, que recebem um salário muito abaixo do efetivo para exercitar o mesmo trabalho. Tanto TAEs quanto docentes têm muitas razões para se levantarem em defesa dos salários e dos ataques do governo. Mas, no lugar da discussão de carreira culminar na necessidade de construção da campanha salarial de luta, ativa da base, a proposta da direção do sindicato é das seções formarem os Grupos de Trabalhos (GTs) para discutirem a proposta da direção.

Apesar da Plenária ter sido convocada para discutir a campanha salarial, a direção fez com que a plenária atuasse apenas como expectadores – solicitando que se aguardasse a reunião de negociação do dia 16/02, que o Fonasefe faria o repasse com uma Live. Sob o calendário da campanha salarial, a direção só apontou a necessidade de uma próxima plenária nacional para discutir a proposta apresentada pelo governo. A direção

defendeu que, se a resposta do governo exigir uma Plenária Nacional com urgência, que fosse no formato virtual, usando como argumento as dificuldades financeiras das seções. A Corrente Proletária/POR se opôs à plenária virtual, e fez a defesa apontando que para defender o salário e os direitos é necessário a luta ativa da categoria, que para isso precisamos retomar urgentemente as assembleias e plenárias presenciais, onde discutiremos os métodos presenciais de luta, com paralisações e atos massivos nas ruas, o que não é possível sob os métodos virtuais de organização. Apenas a chapa Sinasefe Para Lutar (SPL) defendeu a plenária presencial conosco. O Movimento por uma Escola Popular (MEP/PCB) defendeu a plenária nacional híbrida, “para resolver” a questão financeira das seções, que não têm dinheiro para participarem presencialmente. A plenária híbrida foi consensuada com a direção do sindicato, que não se colocou por tentar financiar a presença das seções na plenária. Foi aprovada a plenária híbrida, o que mostra que a categoria ainda não superou os métodos passivos dos meios virtuais, e que a direção, juntamente com outras correntes, como PCB, atua para manter a virtualidade como forma de maior controle burocrático do sindicato.

A Corrente Proletária/POR atuou na Plenária com banca, manifestos, jornais e fala. Em nossa análise de conjuntura se diferenciou das demais correntes, que comemoram o governo Lula sem analisar o contexto mundial de recrudescimento da crise econômica, com a guerra na Ucrânia e as sanções econômicas dos países imperialistas. O POR partiu da caracterização de que o governo burguês de Lula não está em disputa, como afirmam os oportunistas. As pressões do imperialismo e da ultradireita estão ditando os rumos do governo Lula. Se os servidores não se organizarem sob a independência política e organizativa, não será possível se opor a desvalorização dos salários e a destruição das condições de trabalho. O Sinasefe, assim como as centrais e demais sindicatos, conciliou com o governo ultradireitista de Bolsonaro quando aceitou o congelamento salarial, a reforma da previdência e demais ataques sem organizar a luta. Elenira (coordenação geral do Sinasefe/PT) diz que o Sinasefe fez greve contra a reforma da Previdência antes de ser aprovada, mas o que fez depois de ser aprovada? Aceitou!! A luta contra as contrarreformas não deve cessar após sua aprovação. Se aprovou, é obrigação das direções classistas apontarem para os trabalhadores a necessidade de continuar nas ruas, em greve para pôr abaixo as contrarreformas, mas nada disso foi feito depois da aprovação da Trabalhista, Previdência e Reforma do Ensino Médio. A campanha salarial dos servidores federais deve se ligar à defesa das condições de trabalho e estudo nos IFs e Universidades Federais. A defesa dos direitos dos servidores e a luta contra a PEC 32 deve expressar a luta contra a reforma trabalhista, que piorou as condições de trabalho no setor privado. A unidade das direções sindicais não deve servir para decidir qual a melhor forma do governo ceder uma migalha para os servidores respeitando a LOA, mas com o chamado das direções dos sindicatos, centrais e movimentos sociais para organização de um verdadeiro dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios de avenida. Para isso, é preciso assembleias presenciais nos locais de trabalho, estudo e moradia; que as centrais convoquem plenárias unificadas para construção dos comitês de luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

## Balanço do 41º Congresso do Andes-SN Capitulação ao governo burguês de Lula/Alckmin e abandono dos métodos de luta

De 06 a 10 de fevereiro, aconteceu em Rio Branco, Acre, o 41º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN). A Corrente Proletária na Educação (CPE), corrente sindical do Partido Operário Revolucionário (POR), atuou com delegados, teses, proposição de resoluções, banca de materiais e, pela primeira vez, compôs uma frente com outra organização, a Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART). Essa frente se deu em torno à construção de uma candidatura para as eleições do sindicato, inscrita no pleito como a chapa 4 - ANDES-SN CLASSISTA: Romper com a capitulação para lutar por salários, direitos e pelo socialismo. As outras candidaturas são a chapa 1, de continuidade da atual diretoria, do coletivo Andes de Luta e pela Base (ALB), cujas forças principais são a Resistência/PSOL e PCB; a chapa 2, fruto de uma divisão no grupo que antes dirigia o sindicato, agregando o coletivo Rosa Luxemburgo (RL), com outras correntes do PSOL, e o Coletivo Andes em Luta (CAEL), do PSTU; e a chapa 3, do Renova Andes/PT.

### Uma fração classista em um mar de governismo

O cenário em que o Congresso ocorreu, é de profunda integração do movimento sindical à frente ampla em torno do governo burguês de Lula/Alckmin. A atual direção do Andes-SN, sem nenhuma consulta a qualquer fórum deliberativo de base, chamou o voto em Lula no segundo turno. As outras forças de oposição expressam variantes de uma mesma política. A principal força de oposição, o Renova Andes cobrava a adesão à campanha desde o primeiro turno. Enquanto a oposição à esquerda, do RL/CAEL, expressava um apoio crítico no segundo turno. Todas, com maior ou menor ênfase, falavam de autonomia e independência diante do governo. Mas, a ausência de organização da luta com os métodos próprios dos explorados, já mostra o curso da subordinação. Nota-se que dirigentes sindicais petistas elogiaram publicamente, no balanço do Congresso, a suavização do discurso da direção do Andes-SN em relação ao governo.

Nossa atuação frentista polarizou politicamente o Congresso, defendemos a construção de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin para conquistar a reposição das perdas inflacionárias, recuperar nossos direitos, arrancar do Estado o financiamento integral das instituições de ensino, revogar as contrarreformas e dar passos na superação da crise de direção. Com base na análise concreta da conjuntura internacional e nacional, e das particularidades de nossa formação social, dissemos, sem meias palavras, que a luta por salários e direitos se dá contra o governo, não junto com ele. Que o governo atacará as massas e elas podem romper o freio das burocracias sindicais e saírem em luta. Se não houver uma oposição revolucionária, a oposição direitista poderá canalizar a revolta dos explorados para seus planos autoritários. Afirmamos que o enfrentamento ao golpismo se dá por meio da unidade dos explorados, que se movimentarão na luta por suas reivindicações, com seus próprios métodos. Não se enfrenta o golpismo de hoje de mãos dadas com os golpistas de ontem, junto com o imperialismo e o grande capital que armaram os golpes de 1964 e de 2016.

A realidade rapidamente forneceu um exemplo para essa tese. A mesma direção que puxava o coro de "Sem anistia", confiando na repressão do Estado burguês para enfrentar os golpistas, interrompeu o Congresso e concedeu a palavra à vice-governadora do Acre, notória bolsonarista, despertando perplexidade e rechaço de parte dos presentes.

### Um programa proletário para a educação

Os movimentos sindicais e estudantis, no Brasil, se guiam pelas respostas pequeno-burguesas e burguesas à crise da educação, sob o capitalismo em decomposição. O Andes-SN tem como particularidade exaltar o programa reformista, construído com a participação do PT antes de se tornar governo federal, como uma "bíblia". Para eles, todas as respostas estão no PNE da Sociedade Brasileira, proposta de Plano Nacional de Educação aprovado no Congresso Nacional de Educação, de 1997. Trata-se de um projeto de reformas educacionais limitadas, subordinadas à estratégia de democratização do Estado burguês. Se mantém nos marcos da coexistência entre o ensino público e privado, e justifica as parcerias público-privadas. Responde ao ensino a distância ou negando apenas na formação inicial, defendendo que seja complementar e não predominante. Estabelece metas dentro de uma lógica gerencial e possibilista.

Confirmando que o capitalismo em decomposição é irreformável, com a chegada do PT ao poder, esse programa foi substituído pelo programa abertamente privatista, enfeitado com o discurso da democratização e inclusão social. Enquanto as entidades dirigidas pelo petismo, como a CNTE, aderiram de mala e cuia ao projeto privatista, o Andes-SN fez um altar para o PNE da Sociedade Brasileira, base de seu Caderno 2 "Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira".

A Corrente Proletária/POR há anos vem defendendo no interior dos sindicatos da educação e movimentos estudantis um programa proletário. Afirma que a decomposição do capitalismo está na base da destruição da educação pública, sucateamento e mercantilização para abrir novos campos de valorização do capital. Depois de muitos anos sem conseguir passar pelos filtros burocráticos dos Congressos do Andes-SN, ou sendo limados pela mesa, como ocorreu no ano passado, pela primeira vez, conseguimos discutir a bandeira de estatização da rede privada e constituição de um sistema único de educação público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham. Tivemos informes que, desde os debates nas assembleias, houve docentes, inclusive que não integram a Corrente Proletária que se opuseram à desqualificação das propostas feitas pelo grupo dirigente do Andes-SN. Eles costumam dizer que nossas propostas são "de partido", como se as deles não o fossem.

Pudemos expor no plenário, com a contribuição dos companheiros da ART, que se dizemos que "educação não é mercadoria", para ser consequentes, é preciso ligar nossa luta imediata com um plano que vá à raiz do problema. Mostramos que a destruição do público, está ligada ao favorecimento do privado. Reafirmamos que para enfrentar a privatização, que conta com os governos do PT como principais impulsionadores, não basta pedir mais verbas para as instituições públicas. No debate, exigimos que a direção apresentasse sua proposta para que a educação deixasse de ser mercadoria. Em resposta, evocaram o sagrado "Caderno 2" e tergiversaram. Uma parcela do plenário votou conosco.

Outra proposta de resolução nossa foi ao plenário. Ela tratava das universidades estaduais e municipais, e defendia a construção das greves unificadas com os servidores estaduais e municipais por reposição salarial e revogação das contrarreformas. A direção teve que atacar tal proposta. Usamos como exemplo o caso da Universidade Estadual de Rio Grande do Norte (UERN), de onde vem a atual presidenta do Andes-SN, onde as perdas

salariais ultrapassam 200%. As “negociações” sem luta são incapazes de garantir os direitos. O mesmo ocorre com as federais. É preciso organizar unitariamente o funcionalismo de todos os níveis. Temos de reafirmar nossos métodos próprios, como as greves. A proposta foi recusada, mas pudemos mostrar que não basta aprovar bandeiras, temos de debater e decidir quais os métodos que estão à altura da realidade.

## Desfiliação da CSP-Conlutas: aparelhismo divisionista e governismo

O 41º Congresso do Andes-SN enfim aprovou a desfiliação da CSP-Conlutas, objetivo que vinha sendo buscado pelas forças que dirigem o sindicato, assim como pelo Renova há alguns anos e que só não se deu antes por causa da pandemia. No ano passado, ocorreu um Conad extraordinário que aprovou o indicativo de desfiliação. Formou-se uma unidade oportunista entre as forças da direção (Resistência/PSOL e PCB) e o Renova Andes (PT). A mesma decisão já havia sido tomada no Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores dos Institutos Federais) no fim de 2019.

O Andes-SN teve um papel destacado na criação da CSP-Conlutas, esperou-se que o sindicato aprovasse a desfiliação da CUT para se criar a nova central. A Coordenação Nacional de Lutas surgiu em 2003 contra os ataques de Lula aos trabalhadores, sobretudo ao funcionalismo, cuja máxima expressão foi a reforma da previdência. Na mesma conjuntura, houve uma cisão no PT que deu origem ao PSOL. O POR atuou nesse processo defendendo que a Conlutas se estruturasse como frente única de lutas que atuasse dentro e fora da CUT. Concordamos com a caracterização de que a CUT estava estatizada e burocratizada, mas defendemos a luta interna como oposição. Fomos a única corrente a nos opor, no Congresso de fundação da CSP-Conlutas, à criação de uma nova central. Mostramos que o divisionismo não correspondia a uma reorganização da classe, mas sim à criação de uma burocracia de esquerda. A divisão se deu em um quadro de maior fragmentação das centrais, na esteira da regulamentação das centrais sindicais, feita por Lula, dando mais poderes e um financiamento diretamente mediado pelo Estado. Cada partido procurou criar “sua” central. No processo de criação da CSP, o PSOL acabou rompendo e tentou criar sua própria Intersindical. A unidade com o PCB não foi possível e este também criou outra intersindical, sem se apresentar como central.

A prova de fogo para a CSP-Conlutas se deu diante do golpe contra Dilma. Com a bandeira de “Fora Todos”, em um momento em que se armou uma frente burguesa pelo golpe jurídico, político e midiático, o PSTU acabou se embocando, objetivamente, com a frente burguesa pelo Fora Dilma. Com o golpe, a burguesia se livrou de um governo de conciliação de classes e colocou no lugar o governo abertamente pró-imperialista de Temer, abrindo um período de profundas contrarreformas. Com o desgaste eleitoral dos partidos orgânicos da burguesia (MDB e PSDB) e prisão de Lula, abriu-se o caminho para o governo de ultradireita de Bolsonaro. A interrupção da experiência das massas com o governo do PT, que sob a crise já aprofundava seus ataques com a aplicação de um ajuste fiscal e retirada de direitos, realimentou as ilusões no petismo. As lutas sob os governos Temer e Bolsonaro foram subordinadas ao objetivo de reconstituir o PT como ala esquerda da política burguesa. O PSOL sofreu as pressões da direitização da política burguesa, identificando-se cada vez mais com o lulismo. Essa movimentação teve impactos nas bases do movimento docente, que passou a rechaçar a política da direção do Andes-SN em relação ao golpe contra Dilma. Os mesmos que haviam avalizado a política da CSP no interior do sindicato, passaram a jogar a responsabilidade apenas nos ombros do PSTU.

O debate sobre as Centrais feitos no Conad e Congressos do Andes não se deu como expressão de uma política classista, com

eixo no problema da centralização das lutas da classe operária e demais trabalhadores. Há no interior da frente entre Resistência/PSOL e PCB um interesse aparelhista, ou seguirão se apoiando nos recursos do sindicato para insuflar fóruns e frentes artificiais, ou até mesmo tentar uma nova aventura divisionista. Em outro cenário possível, o PT pode agradecer aos seus aliados de ocasião e conseguir refiliar o Andes-SN à CUT. Este é o campo em que a disputa pelo aparato se dará no próximo período. A defesa da permanência na CSP-Conlutas foi feita pelo RL, CAEL, Graúna, ART e CPE-POR. A ART teve a iniciativa de propor a todos os defensores da permanência para uma plenária, expondo a ausência de iniciativa do próprio PSTU para fazer uma defesa aguerrida da sua Central. À véspera da votação a militância do PSTU ainda dizia que havia chances de ganhar a votação.

A CPE-POR expressou a linha de que o Andes-SN permanecesse não porque a CSP fosse uma central classista e democrática, mas sim como trincheira para defender um Congresso de Unificação das Centrais, o que só pode se dar a partir das bases em movimento. Após breve debate no plenário, a desfiliação foi aprovada 262 votos, contra 127. As abstenções totalizaram 7 votos. A desfiliação expressou uma movimentação à direita da direção do Andes-SN e favorecerá o governismo no próximo período.

## Por uma resposta classista às opressões

O 41º Congresso esteve sob o predomínio da política culturalista em relação às opressões. No Congresso anterior, a crítica de um professor a uma destacada militante da ALB foi caracterizada como assédio. Ao usar sua fala no 41º Congresso para discordar da caracterização de que era um assediador, por esse motivo, grande parte do plenário se virou de costas para o professor. Uma manifestação interna contra o assédio percorreu o plenário em um dos dias do evento. Em outro momento, os trabalhos foram interrompidos por uma manifestação contra a branquitude, em que professores negros criticaram a ausência de fala de negros na apresentação de conjuntura, reivindicaram maior presença de negros nas direções do sindicato nacional e seções sindicais e que fossem criados mecanismos de reserva de falas para negros. Na manifestação juntaram-se docentes que integram vários coletivos, como a ALB, RL e CAEL.

O episódio mais ilustrativo dos rumos dessa política culturalista ocorreu na discussão de uma proposta de resolução que estabelecia que houvesse o estímulo à participação de mais LGBTQIAP+ nas direções nacional e das seções sindicais. Um docente se inscreveu e manifestou que considerava absurdo que alguém tivesse de expor sua sexualidade para ingressar numa chapa. Na sequência, várias falas indignadas se ergueram contra o protesto do professor. Essa crítica provocou uma reação da presidenta da mesa, militante do PCB, que condicionou uma resposta à retratação do professor. As contradições da política punitivista rapidamente emergiram. No último dia, um estudante indígena, alcoolizado, excedeu em sua liberdade com uma professora, que exigiu reparação, mas que foi desestimulada pela direção. Esses episódios apenas mostram os rumos tortuosos das respostas pequeno-burguesas e burguesas às opressões, assentadas no “empoderamento, representatividade e desconstrução do machismo, lgbtfofia e racismo”. De costas para a raiz de classe das opressões, as respostas se restringem à educação e punição.

As cotas em falas e composição da diretoria são artificiais. Nos temas mais polêmicos, como a desfiliação da CSP, aplica-se a paridade de gênero nas falas. Porém, não se nota diferenças nas falas de mulheres e homens, mas sim de acordo com as correntes políticas. Neste Congresso ainda se inseriu uma terceira caixa para pessoas “não binárias”. Quanto à composição das chapas, as exigências acabam favorecendo os maiores agrupamentos.

A Corrente Proletária-POR apresentou suas resoluções que colocavam no centro da resposta às opressões a luta por empregos a todos os aptos ao trabalho; por salário e direitos iguais para trabalho igual; e pelo fim da escravidão no lar e responsabilidade estatal pelas tarefas de cuidado. Essas são bandeiras que permitem a unificação dos oprimidos e que projetam a luta cotidiana contra as discriminações no sentido de acabar com o Estado burguês, por meio de uma revolução. Condição para se eliminar pela raiz as opressões.

## Questão indígena

A realização do Congresso seu deu em um estado amazônico, sob o impacto da revelação midiática da tragédia vivida pelo povo Yanomami. Uma assembleia de base propôs uma doação de R\$ 50 mil ao povo Yanomami. No debate o valor subiu para R\$200 mil. Os companheiros da ART expuseram nos grupos e em plenário que, no ano anterior, haviam integrado um grupo de cerca de 50 sindicalizados que propuseram apoio material e político às ações de autodefesa dos Yanomami. Na ocasião, a diretoria defendeu a supressão da proposta em todos os grupos. E mesmo sendo aprovada em pelo menos um grupo, não foi debatida no plenário e nem no Conad posterior. Os companheiros questionaram que a ação atual só se deu pela comoção midiática atual provocada pelo setor da mineração “sustentável”, integrante do governo de frente ampla, que quer deslocar o chamado garimpo ilegal da região. Um diretor do Andes-SN, da Resistência/PSOL, fora do plenário, veio afirmar que a denúncia foi desonesta, pois eles haviam sido contra, no ano anterior, pelo fato de a proposta falar de autodefesa e armamento dos indígenas. A tentativa de provocação só piorou a situação da diretoria. Como se opor à autodefesa e armamento dos indígenas, que é um fato, no momento em que eles enfrentavam Bolsonaro, governadores e a violência do poder econômico? Eis a síntese da ausência de independência de classe e confiança no Estado burguês para responder ao genocídio indígena.

A proposta de resolução da CPE-POR expôs a necessidade de defender o direito à autodeterminação das nações indígenas, inclusive com direito a se separarem do Estado brasileiro. No Grupo de trabalho nos opusemos às proposições, sobretudo do PSOL, de defesa dos Estados plurinacionais e Bem Viver, porém esse foi mais um tema que não chegou ao plenário.

## O método do Congresso favorece a dispersão, despolitização e controle burocrático

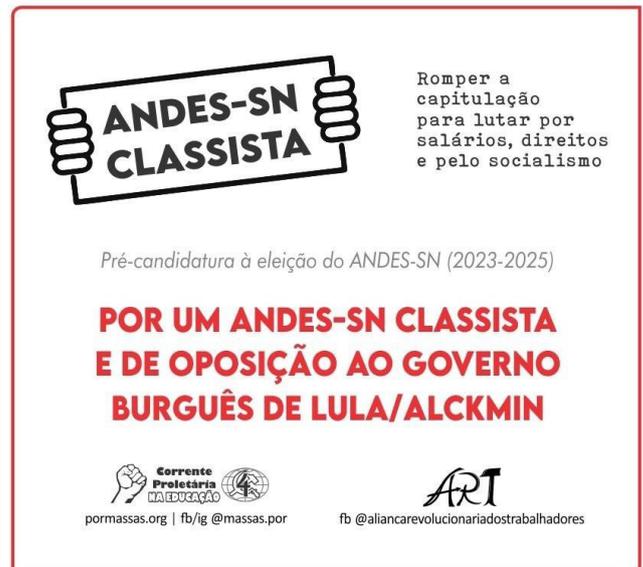
Na aprovação do regimento do Congresso, a Corrente Proletária-POR apresentou sua objeção a que os grupos de trabalho sejam um filtro das propostas. Para ir ao plenário, as propostas devem obter ao menos 30% dos votos em pelo menos um grupo. A medida burocrática é justificada pelo fato de haver muitas TRs, cuja apreciação nunca consegue ser feita em sua totalidade no Congresso. Argumentamos que tal problema não é por insuficiência de tempo, mas sim pelo tempo mal aproveitado. A primeira a desperdiçar tempo é a diretoria que apresenta emendas de redação a seus próprios textos e aos de todos os proponentes. Se alguém diz que o Andes deve “lutar” por alguma coisa, a diretoria emenda a proposta substituindo o verbo por “dar continuidade à luta”, “intensificar”, “priorizar”, etc. Uma ação defensiva de quem precisa a todo tempo afirmar que está lutando. Em uma categoria de professores universitários, essa conduta leva a intermináveis debates em torno de preciosismos gramaticais, ou por desvios acadêmicos, sem relação com a aprovação de um plano de lutas. Pelas nossas contas, nos cinco dias de Congresso tivemos cerca de 48 horas de plenária, sem contar os intervalos para a alimentação e repouso. No último dia, os trabalhos começaram às 9h e concluíram à meia noite. Mesmo assim, várias resoluções ficaram no limbo, sem aprovação. Quanto mais distante da luta, mais o Congresso se perde em discussões infrutíferas.

Esvazia-se o debate político e resta apenas a disputa de aparato. Amplia-se a dispersão e o desinteresse, levando a atrasos, agravados pela inserção de uma festa em uma das noites no meio do congresso. Forma e conteúdo estão ligados. Se estivéssemos, de fato, traçando um plano de lutas e chamando os trabalhadores a confiarem em seus métodos e forças, sem ilusão no governo, haveria muito menos espaço para as divagações e a dispersão.

## Lançamento da Chapa 4 Andes-SN Classista

O 41º foi um Congresso pré-eleitoral, momento em que as chapas que disputarão o pleito se inscrevem. Pela primeira vez, a Corrente Proletária-POR se envolveu na construção de uma chapa, fruto da frente com a ART. Avaliamos que conseguimos cumprir o objetivo da frente de expressar a necessidade de uma política classista, de construir uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin e de defender as bandeiras e métodos de defesa das reivindicações mais sentidas pela maioria explorada. A frente se construiu com grande engajamento e camaradagem entre os dois agrupamentos. Despertamos respeito de parte das correntes adversárias e adesões no interior da categoria. Expressamos uma posição internacionalista ao redigir uma moção de apoio à insurreição peruana, contra a repressão e pela renúncia do governo golpista de Dina Boluarte. Fomos até o consulado peruano, para um pequeno ato que teve a participação de representantes do PSTU, no dia em que a CGT peruana convocara uma greve geral. Desde o início do Congresso distribuímos um manifesto da chapa, estendemos uma faixa na entrada do teatro, panfletamos a moção conjunta e logo após a decisão de desfiliação da CSP, distribuímos um balanço parcial da frente. Atuamos na plenária com os demais defensores da permanência na CSP antes e depois da desfiliação.

Até 13 de março precisamos completar a nominata da nossa candidatura com 83 nomes e paridade ou maioria de mulheres em cada organismo da chapa. Temos feito uma campanha nacional de divulgação e diálogo com outros agrupamentos. No dia 23 de fevereiro, teremos uma reunião aberta para tratar da campanha salarial e construção da chapa. Tivemos um debate na TV A Comuna para apresentar a candidatura. E no dia 01 de março, teremos uma apresentação no canal Mesa de Debates.



**ANDES-SN CLASSISTA**

Romper a capitulação para lutar por salários, direitos e pelo socialismo

Pré-candidatura à eleição do ANDES-SN (2023-2025)

**POR UM ANDES-SN CLASSISTA E DE OPOSIÇÃO AO GOVERNO BURGUESES DE LULA/ALCKMIN**

Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO | pormassas.org | fb/ig @massas.por

ART | fb @aliancarevolucionariadostrabalhadores

A atuação frentista fortalece a tarefa de construir uma fração revolucionária no movimento docente. Sabemos que os retrocessos no sindicalismo docente são reflexos da domesticação do movimento operário, fruto da política de conciliação de classes. Atuamos no movimento sindical docente sem apetites carreiristas ou aparelhistas, procurando expressar um programa proletário para a crise da educação e a luta do funcionalismo. Ação que se dá ao lado dos esforços do POR luta para penetrar na classe operária e erguer seu partido revolucionário.



**Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário**  
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Nº 08/2023 | AFUSE | 22/02/23

São Paulo

## Boletim da Corrente Proletária - funcionários de escola

O Boletim traz uma nota central com o título: Porque temos de lutar pela independência dos sindicatos diante do governo Lula. Diz: “Estamos diante de duas situações distintas: 1) o governo de São Paulo está nas mãos de um bolsonarista, que colocou na Secretaria da Educação o empresário direitista Renato Feder; 2) o governo federal de Lula é de frente ampla, reunindo nos ministérios representantes de partidos que derrubaram Dilma Rousseff em 2016. Assim, ambos governarão de acordo com os interesses da classe dominante e das potências imperialistas. Não revogarão as reformas trabalhista, a previdenciária e a EC 95 (Teto de Gastos), que cortam recursos da saúde e da educação. Continuarão a serviço do pagamento da volumosa dívida pública, que só vem crescendo. Lula já fez sua tarefa de casa: convocou as direções sindicais para pedir a colaboração com seu governo. Diz que é preciso conciliar o capital e o trabalho, entre o explorador e o explorado. E, diante desse pedido, as direções sindicais se posicionaram em favor da governabilidade de Lula e da política de conciliação de classes.

Diante dos trabalhadores, tem sido comum o discurso de que o governo Lula é um governo em “disputa”. E que é preciso pressioná-lo para que não seja arrastado pelos partidos que o compõem. Nada mais falso! O governo Lula é um governo burguês, que

não atenderá as reivindicações vitais dos explorados, entre elas o emprego a todos, a elevação do salário mínimo para manter a família trabalhadora, o fim da terrível contrarreforma trabalhista e previdenciária e não trará a educação e saúde pública para todos.

Está aí por que a Corrente Proletária vem fazendo uma campanha pela independência de nossos sindicatos diante dos governos, seja de Tarcísio, seja de Lula. Nesse sentido, defende que as direções sindicais convoquem as assembleias, para que os trabalhadores aprovem um programa de reivindicações e seus métodos próprios para conquistá-lo. Levanta a bandeira: Não à política traidora da conciliação de classes! Organizar, desde já, a luta pelo programa de reivindicações, que unifica os trabalhadores e a juventude pobre”.

O Boletim contém mais três notas: 1) em defesa de um reajuste geral dos funcionários de escolas, que exige que a direção da Afuse convoque uma assembleia geral para aprovar uma campanha salarial que reponha as perdas salariais; 2) contra o reajuste imposto pelo governador de reajuste sobre a base da meritocracia; 3) pelo fim da terceirização nas escolas e pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Conclui convocando os funcionários a participarem da construção da Corrente Proletária, uma oposição sindical classista e de luta.



# JUVENTUDE EM LUTA

## BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA

secundarista@gmail.com • secundaristas.wordpress.com • www.pormassas.org



O Boletim inicia com a defesa da organização estudantil com independência de classe. Mostra que o governo Lula, um governo de frente ampla, já deixou claro que não revogará as medidas de ataques aos explorados aplicadas pelos governos anteriores, ou seja, que se trata de um governo burguês que continuará a defender os interesses da classe dominante. Denuncia que este governo não está em disputa e que a conciliação entre capital e trabalho defendida por Lula é a submissão dos explorados ao capital. Chama os estudantes a rejeitarem a política de conciliação de classes, não ter nenhuma ilusão no novo governo e organizar a luta classista em defesa da educação pública.

Em seguida dedica uma matéria de combate ao novo ensino médio. Mostra que a farsa de projetos, chamados itinerários, de nada serve à formação da juventude, que nada tem a ver com suas necessidades. Mostra, por um lado, que as denúncias dos baixos índices de aprendizado têm pressionado o Secretário da Educação a se pronunciar, mas que sua resposta não vem no sentido de acabar com o Novo Ensino Médio; e que por outro lado, não há um movimento de estudantes e professores para pôr fim a essa contrarreforma educacional. Coloca a necessidade de reconstituir os grêmios estudantis livres e que somente com “a luta organizada, desde as escolas, será

possível erguer um movimento para pôr abaixo mais essa enganação educacional criada pelo governo”.

Dedica também espaço à denúncia dos aumentos das tarifas dos transportes públicos, em especial no Rio de Janeiro, que serve apenas aos interesses dos grupos capitalistas. Mostra que a experiência da luta da juventude em 2013 apontou o caminho por onde se pode derrotar os capitalistas e os governos. Denuncia que o transporte caro é mais uma parte do alto custo de vida que atinge as famílias proletárias e defende a luta unificada com as reivindicações: passe livre para estudantes e desempregados; salário mínimo vital, que seja o suficiente para atender todas as necessidades de uma família de 4 pessoas.

Convoca a juventude a participar dos atos de 8 de março com uma política proletária de independência de classe em defesa de um programa de reivindicações próprio dos explorados. Denuncia mais um caso de violência nas escolas, desde vez em Monte Mor, no interior de São Paulo, mostrando que o avanço do reacionarismo e da violência contra a juventude são expressões da decomposição do sistema capitalista, que deve ser combatido. Encerra defendendo pelo fim da guerra na Ucrânia, com a campanha do CERQUI contra a guerra de dominação, a escalada militar e por uma paz sem anexação.

Rio Grande do Norte

## Breve balanço da assembleia do SINTE-RN do dia 16/02

A assembleia caracterizou-se pela contradição entre a disposição de luta da categoria, que compareceu para votar pela aprovação da greve, e a política de conciliação de classes da direção do SINTE-RN, que serviu ao governo para tentar barrar a luta, ao apoiar-se na proposta rebaixada da Secretaria de Educação para justificar sua posição pela não aprovação de greve.

A posição da Corrente Proletária-POR foi pela greve, a ser iniciada automaticamente dia 23/02. No entanto, a direção manobrou e apresentou apenas parcialmente a proposta ao plenário, afirmando que o POR propôs aprovação da greve no mesmo dia da assembleia, o que foi completamente falso. Militantes do PSOL posicionaram-se pelo indicativo de greve, com data para 27/02, no que a direção sindical abandonou sua posição de apenas “manter a discussão” sem precisar de aprovar uma greve, para também apoiar a posição do PSOL de indicativo. A direção sindical manobrou o tempo todo, chegando a negar uma importante questão de ordem do POR, que seria para esclarecer a diferença entre indicativo de greve e a posição de aprovar a greve, para ser iniciada a partir do dia 23/02.

No geral, a posição do POR traduziu o ânimo da base, que estava cansada de tanta enrolação do governo. No entanto, a manobra da direção e a falta de clareza do posicionamento contribuíram sobremaneira para a não assimilação dos trabalhadores.

### Pronunciamento da Corrente Proletária-POR na assembleia

“Parcelamento: essa é a política (do piso) do governo Fátima. Parcelamento de salário, parcelamento de retroativo. E aí, companheiros, é necessário ir na lei do Piso: é uma lei nacional, com data base em janeiro. É [portanto] para ser automático, companheiros! Não temos de discutir parcelamento [porque] não se discute parcelamento de salário. E aí, pelo que sabemos e acompanhamos, as negociações estão esgotadas, porque a proposta do governo é de parcelamento. Não queremos parcelamento, queremos o piso integral! Chega dessa política de parcelar o piso! Queremos o piso automaticamente, como todos os trabalhadores que recebem o salário mínimo (que é miserável!). E olhem: o salário do DIEESE de dezembro é cerca R\$ 6.640,00. A proposta do governo é sempre assim: um percentual no início do ano, que mata a gente de fome durante o ano todo e depois dá uma esmola em novembro e dezembro. O que tivemos de piso? Na prática: nada! Por isso, não devemos aceitar nenhum tipo de parcelamen-

to, nem do piso, nem do retroativo. É pagamento do piso já! Qual é o caminho? A greve!

Assim, como Bruno colocou, “o governo empurra a categoria para a greve”. Foi assim que ele colocou e nós assinamos em baixo: empurra! Porque hoje está esgotado. É greve dia 23/02, com paralisação em todas as escolas. A luta em defesa do piso, contra a imposição da reforma do ensino médio, que está castigando os trabalhadores, pois deixa de ensinar os conteúdos para ‘encher linguiça’ com temas. Temos de lutar também por condições de trabalho. Unificar a pauta, porque as escolas estão sucateadas, sem condições de trabalho, unir com os estudantes e os pais. É greve já, pelo piso integral!”

### Boletim da Corrente Proletária para a assembleia

O Boletim denuncia que, mais uma vez, o governo Fátima (PT) não cumpriu o repasse do Piso de 14,95% deste ano, nem pagou o retroativo parcelado de 2022. Diante da enrolação do governo, que novamente apresenta propostas rebaixadas de parcelamento do novo Piso, o Boletim apresenta algumas lições: que o governo se aproveita da política de passividade da direção do SINTE-RN, que se limita a “negociar” o pagamento do Piso sem luta; que a desorganização dos trabalhadores ajuda o governo a manobrar e ganhar tempo, com o objetivo de apresentar propostas rebaixadas, como é o caso do parcelamento; que estão esgotadas as “negociações” e, portanto, a categoria não tem outra saída a não ser recorrer à greve. Outro fator apontado pelo Boletim é a ausência de uma verdadeira campanha salarial, pois a direção do SINTE-RN limita a campanha salarial ao pagamento do Piso, que não é suficiente. O Boletim defende a construção de uma luta unitária não só pelo pagamento do Piso, mas também pelo Salário Mínimo Vital. Posicionou-se, na assembleia do dia 16/02, pela aprovação do início da greve a partir do dia 23/02, para impor o pagamento imediato e integral do Piso.

Além disso, o Boletim publicou a matéria sobre a Escola de Tempo Integral, denunciando que o governo Fátima pretende transformar, até 2024, metade das escolas do estado nessa modalidade, em “parceria” com os municípios. Por fim, o Boletim apresenta uma crítica ao “estado de greve”, aprovado pela assembleia dos professores de São Gonçalo do Amarante, sob influência da direção sindical, que desarma a categoria.

## Contribuição da Corrente Proletária na Educação à 4ª Plenária Intercongressual da CNTE

Nos dias 17, 18 e 19 de março será realizada a 4ª Plenária Intercongressual da CNTE, em Brasília. Mais uma vez, as direções sindicais não convocaram assembleias para eleger os delegados. Na Apeoesp, que tem a maior delegação, a partilha ocorreu sobre a base da proporcionalidade nas últimas eleições. Depois da divisão, a Corrente Proletária, durante a reunião do Conselho de Representantes, reivindicou sua participação. A direção do sindicato decidiu que cabia ao POR um delegado. No Sinpeem, a burocracia ofereceu para as correntes de Oposição uma parte da

cota que cabia ao sindicato. Como são várias as correntes, a Corrente Proletária ficou com apenas um delegado. Em Rondônia, a direção do sindicato fez um sorteio para a escolha de delegados. Esses poucos exemplos servem para mostrar que não há debate político, nem democracia. Os delegados não são eleitos sobre a base de teses, previamente divulgadas. A 4ª Plenária, certamente, não terá o objetivo de organizar a luta nacional contra a reforma do ensino, a BNCC, o ensino a distância, a EC do Teto de Gastos e as contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa.

## **A Corrente Proletária divulgou suas Teses (segundo temário da Plenária) e vem discutindo junto aos simpatizantes o documento que publicamos abaixo.**

### **I. Conjuntura**

A 4ª Plenária se realiza depois de dois meses do governo Lula. Os primeiros passos do governo, que se constituiu com os partidos oligárquicos, os quais estiveram no centro do golpe de Estado de 2016, quando o governo do PT foi derrubado, foram no sentido de pedir que as direções das centrais sindicais se colocassem sob a política de conciliação de classe (entre capital e trabalho). As promessas de campanha eleitoral vão sendo adiadas em nome da falta de recursos e das dificuldades em esvaziar o governo de bolsonaristas, que ainda se mantêm nos cargos. Ao mesmo tempo, se submete aos países imperialistas interessados no controle da Amazônia. Exaltando a democracia (burguesa) em oposição aos atos golpistas, o governo tenta assegurar o apoio de uma fração da burguesia, que se colocou contra a aventura golpista de 8 de janeiro.

Como se vê, o governo de frente ampla, diante dos prognósticos de avanço da crise econômica mundial, agravada pelo prolongamento da guerra na Ucrânia, pela acirrada guerra comercial entre Estados Unidos e China e pela escalada militar das potências, já nasce profundamente submetido aos partidos oligárquicos e ao imperialismo. Sua governabilidade depende de preservar os interesses econômicos desses setores, o que implica continuar descarregando o peso da crise econômica sobre a maioria trabalhadora.

A defesa da independência política das organizações dos explorados diante do governo de frente ampla é fundamental. Para isso, é preciso rechaçar a política de conciliação de classes exposta por Lula às direções das centrais. E trabalhar por organizar a luta dos explorados por um programa próprio de reivindicações e métodos da luta de classes. No entanto, essas direções sindicais estão comprometidas até a medula com a sustentação da governabilidade de Lula, à custa da vida dos oprimidos. Está aí por que é preciso organizar as oposições sindicais classistas e de luta, para recuperar os sindicatos e centrais da ofensiva dos capitalistas e do governo. A bandeira que expressa a independência de classe se materializa na Oposição Revolucionária ao governo Lula. E por um programa próprio dos explorados, que unifique a maioria oprimida.

### **II. O caráter de classe do governo, a independência dos sindicatos e o programa próprio de reivindicações**

Lula assume o governo em uma situação de avanço da crise econômica mundial e em meio à crise política, que teve como estopim a tentativa de golpe em 8 de janeiro. Diante dessa realidade, a Corrente Proletária vem mostrando que a vitória de Lula abriu uma nova etapa da crise política, com a constituição de um governo de frente ampla, que abriga boa parte dos partidos que encabeçaram o golpe de Estado de 2016. Trata-se de um governo de conciliação entre o capital e trabalho. Não por acaso, Lula convocou as direções das centrais sindicais para selar o compromisso de colaborar com a governabilidade, se integrando aos fóruns tripartites. Nesse momento, o ministro da Educação, Camilo Santana, fez o mesmo ao se reunir com a direção da CNTE. A contenção das lutas dos trabalhadores depende desses compromissos, que vêm sendo firmados às costas do movimento sindical.

A 4ª Plenária Intercongressual ocorre após a reunião da direção da CNTE com o ministro da Educação, quando foi entregue uma pauta de reivindicações e a sugestão de se constituir um fórum de debate permanente sobre os problemas que atingem à educação. Está aí por que essa Plenária visa tão somente referendar o que a direção já fez nos 13 anos do governo do PT e que pretende retomar nesse terceiro mandato de Lula, depois de seis anos de governo Temer e Bolsonaro.

Mesmo nessas condições negativas, a Corrente Proletária intervém conclamando a vanguarda com consciência de classe que se encontra na Plenária a se colocar contra a política de colaboração de classes das direções sindicais e defender a independência política e organizativa da classe operária e dos demais trabalhadores. A se colocar sob a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula.

A Plenária da CNTE deve rejeitar tanto a posição francamente de apoio ao governo burguês de Lula, quanto àquela que advoga a tese de que se trata de um governo em disputa. Ambas as posições são colaboracionistas e comprometem a independência do movimento sindical, camponês e popular. A Corrente Proletária afirma que o fundamental está em determinar o caráter de classe do governo. Lula já governou por dois mandatos garantindo os interesses gerais da burguesia e do imperialismo. Agora, sequer terá como ocultar esse conteúdo valendo-se do assistencialismo e da ideologia burguesa e pequeno-burguesa de redução das diferenças sociais e eliminação da fome. O capitalismo em decomposição não permite reformas estruturais que impulsionem as forças produtivas e favoreçam em alguma medida a maioria oprimida.

As correntes sindicais e políticas que se utilizam dos sindicatos e centrais, bem como dos movimentos, para iludir os trabalhadores com as promessas reformistas acabam servindo ao grande capital – aos financistas, industriais e latifundiários. O falso pressuposto sobre a possibilidade de um governo que comanda a máquina do Estado voltar-se à proteção dos pobres, miseráveis e famintos está na contramão das necessidades mais elementares dos explorados, como a defesa do salário mínimo vital, do emprego a todos, dos reajustes automáticos de acordo com o aumento do custo de vida, do acesso integral à saúde e à educação pública em todos os níveis. Cabe à Plenária discutir esse fundamento de classe, que obriga os sindicatos a se colocarem em posição de luta desde já pelo programa próprio de reivindicações, pela oposição revolucionária ao governo burguês e de conciliação de classes de Lula.

### **Tarefas fundamentais da Plenária:**

#### **1. Defender a independência da CNTE e dos sindicatos diante do governo e do Ministro da Educação**

O Ministro da Educação foi categórico ao dizer que não é a favor da revogação da reforma do ensino médio. Considera que a contrarreforma educacional de Temer contém pontos positivos. Nas palavras do ministro, “é preciso ouvir as pesquisas e o que diz a ciência”. Mesmo sabendo de seu caráter privatista, que se afirma por meio da terceirização dos “itinerários” não oferecidos pela rede pública e por meio de parte da BNCC que se materializa com o avanço do ensino a distância (EaD); mesmo sabendo que os professores são empurrados a assumir aulas de conteúdo estranho à sua formação, a exemplo de “Arte de morar”, como fazer “doce caseiro” e outros “itinerários” dessa natureza; e mesmo sabendo que parte da juventude-trabalhadora foi expulsa dessa modalidade de ensino médio, ampliando os índices de evasão escolar, o Ministro petista é defensor da farsa da reforma do ensino médio.

Em relação ao ensino a distância, que é responsável pela formação de 60% dos professores, que concluem a graduação sem nenhuma condição de enfrentar uma sala de aula, Camilo Santana se mantém em silêncio, embora seu secretariado não tenha se pronunciado pela extirpação do EaD das universidades e da educação básica. A própria direção da CNTE se adaptou à implantação do EaD.

Sobre o Piso Nacional do Magistério, o Ministro se limitou a dizer que o reajuste de 14,95% está de acordo com a Lei e o parecer técnico da AGU de reajuste. Nenhuma promessa em estender o Piso Nacional a todos os trabalhadores da educação, que inclui os funcionários de escola, antiga reivindicação da CNTE. A sugestão da CNTE para que o Ministro enviasse uma nova posição em defesa da Lei do Piso, contrapondo à rejeição de governadores e prefeitos, que se recusam a conceder o reajuste, Camilo Santana apenas ouviu o pedido.

Frente às Escolas Cívico-Militares, Camilo Santana ainda mantém esse entulho bolsonarista, apesar das denúncias e da campanha dos sindicatos pela sua rejeição. A resposta do ministro petista se resumiu a aguardar um relatório desse modelo educacional. O mesmo ocorreu com a chamada “agenda de costumes” e a “Escola sem Partido” da ultradireita bolsonarista. Em particular, é sintomático o silêncio do governo Lula diante do obscurantismo introduzido no ministério da Educação e no sistema escolar, que é a “Escola sem Partido”, uma excrescência reacionária da ultradireita, que expressa o intervencionismo da religião no Estado e nas relações sociais.

Cabe também ressaltar os cortes de recursos para a educação. É notório que, na educação básica, o orçamento vem sendo reduzido desde 2012, agravando-se a partir de 2016 com Temer e depois com Bolsonaro, o que jogou por terra a meta petista do Plano Nacional de Educação (PNE) de atingir os 10% do PIB em 2024. Sobre essa situação, Camilo Santana se limitou a dizer que cabe ao Lula e ao ministro da Fazenda a iniciativa de corrigir essa distorção. Certamente, se referia a eliminação da EC 95 (Teto dos Gastos Públicos), principal fator dos cortes orçamentários e desmonte da educação pública.

Como se vê, estamos diante de um governo de conciliação de classe, e o ministro da Educação não faz senão reproduzir o que o ministro do Trabalho fez com as direções sindicais, pedir a colaboração para assegurar a sustentabilidade do governo petista. A reunião da CNTE com o Camilo Santana sinalizou esse compromisso. O que coloca para os trabalhadores a árdua tarefa de se contrapor a essa política e se colocar no terreno da independência de classe. Cabe à Plenária rechaçar qualquer acordo da direção da CNTE com o ministro da Educação.

## 2. Defesa de um programa e dos métodos próprios de luta

A 4ª Plenária tem o dever de aprovar um conjunto de reivindicações que unifica os trabalhadores da educação, e como conquistá-lo. Eis:

### **a) Derrubar nas ruas as contrarreformas educacionais, impostas por Temer e Bolsonaro**

A principal delas é a reforma do ensino médio e a BNCC. Trata-se de um movimento nacional, porque essa reforma atingiu a grande maioria dos estados. Juntamente com ela, vieram o avanço do EaD, a farsa dos “itinerários”, a expulsão do jovem-trabalhador e o cerceamento à liberdade de cátedra. O discurso ideológico de que a reforma do ensino médio era para superar a baixa qualidade da aprendizagem, em pouco tempo foi desmascarado. A educação continua precarizada, fator de crescimento da evasão escolar por parte de um contingente de jovens que não

vê na escola nenhum sentido prático. Não há aspectos positivos, nem guarda nenhuma relação com a ciência. Representa uma regressão educacional. Para rejeitar essa contrarreforma é necessário um esforço das direções sindicais de retomar a luta que se travou nos anos de 2015 e 2016 contra a reforma do ensino médio. A política levada a cabo pela direção da CNTE tem, para isso, de ser derrotada. No seu lugar, aprovar o caminho da luta direta e nacional em defesa do ensino público.

### **b) Sair do discurso e organizar o combate pela extinção da EC 95 e das reformas administrativas impostas pelos governadores.**

As direções sindicais lamentam os cortes orçamentários ocorridos após o golpe de Estado de 2016 e, sobretudo, com a EC 95. Afirmam que essas medidas acabaram por inviabilizar o Plano Nacional da Educação, que visava a atingir no próximo ano 10% do PIB. Responsabilizam Temer e Bolsonaro pelo não cumprimento dessa meta. No entanto, não há nenhuma disposição de organizar uma luta nacional para derrubar a política de cortes orçamentários. O fato é que não há uma verdadeira campanha contra as medidas administrativas adotadas pelos governadores contra o funcionalismo e, em particular, contra os trabalhadores da educação, medidas que eliminaram antigas conquistas e impuseram um violento arrocho salarial.

A 4ª Plenária não pode se limitar a aprovar uma lista de reivindicações ou a endossar a pauta da CNTE, que foi entregue ao Ministro. Essa Plenária só tem sentido se for para defender os interesses gerais dos trabalhadores da educação.

### **c) Defender uma educação para todos, em todos os níveis**

Diante do avanço da terceirização e da privatização na educação, é preciso aprovar a luta pelo fim da terceirização do trabalho nas escolas, antes ocupado pelos funcionários, e pelo rechaço à privatização, que comparece no ensino a distância, na formação dos professores e em parte do currículo (BNCC). E não há outra via a não ser colocar-se pelo fim do sistema privado e pela estatização de todo o sistema de ensino, constituindo o sistema único gratuito. A defesa consequente da educação pública implica o combate à educação privada. A coexistência entre o ensino público e privado tem levado cada vez mais à decomposição do público e fortalecimento da mercantilização da educação.

A luta por um sistema único, público, científico, sob o controle de quem trabalha e estuda, permite a unidade dos explorados, que estão cada vez mais alijados do acesso à educação em todos os níveis.

### **d) Por uma educação verdadeiramente científica**

Muito se tem dito sobre a “educação de qualidade para todos”. Pouco se tem feito para combater a educação obscurantista, privatista e voltada a proteger a propriedade privada dos meios de produção, raiz da decomposição da educação. Os governos petistas e a grande maioria das direções sindicais criam a ilusão de que é possível modificar o curso regressivo da educação, a partir da vontade política dos governantes e da colaboração dos sindicatos ligados à educação. Pretendem alterar aspectos das contrarreformas, ou seja, corrigir o que é negativo, mantendo sua essência. Trata-se de uma experiência já vivenciada durante os 13 anos de governo do PT e que não trouxe a denominada “educação de qualidade”.

Para a Corrente Proletária, a defesa da educação é parte do programa da revolução social. A escola capitalista não faz senão desfigurar as capacidades criadoras e reforçar o embrutecimento da juventude advindo da exploração e da divisão social do trabalho. O capitalismo em sua fase de desagregação não tem como impor as reformas progressivas para a educação, ao contrário, está obrigado a impor as contrarreformas. Um governo que está a serviço de administrar o Estado burguês não tem como modificar esse rumo.

A luta por um ensino científico para todos está vinculada à defesa de uma educação voltada à produção social. O capitalismo foi às últimas consequências com a separação entre a teoria e a prática, o que reforçou o ensino/aprendizagem metafísico (fragmentado, memorístico). Ao contrário, a educação científica baseia-se na concepção materialista, o que implica o seu vínculo com a produção social. E não há outro caminho para alcançar essa nova escola a não ser se apoiar na estratégia do proletariado de derrocada do capitalismo e de seu Estado e estabelecimento do Estado operário, fruto da revolução social.

As reivindicações educacionais fazem parte desse objetivo histórico. São, assim, o ponto de partida para a luta da maioria explorada, sob a direção do proletariado para a conquista do poder político. Servem de base para desenvolver os métodos revolucionários na luta para pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho, que só oferece uma escola decadente e impregnada, político e ideologicamente, dos interesses da classe dominante, exploradora da maioria oprimida.

### 3. Política Sindical

A CNTE não tem atuação viva no movimento dos trabalhadores da educação. Desde sua criação, é um aparato que serve à política do PT e aliados. Reúne boa parte dos sindicatos do setor, mas não é uma central sindical destinada a coordenar e impulsionar a luta nacional dos trabalhadores da educação. Como não surgiu do movimento, das greves, manteve sua existência distante das necessidades reais de organizar a luta geral contra as medidas governamentais e em defesa das reivindicações vitais desse setor explorado. Assim, não foi capaz de levantar uma greve nacional contra a reforma do ensino médio, a BNCC, a EC

95, a reforma da previdência do funcionalismo e em defesa de um Piso Nacional, por 20 horas, não inferior ao salário mínimo do Dieese, hoje de aproximadamente R\$ 6.500,00. Sua política se restringe às denúncias, que se processam no site da entidade ou em suas publicações. Durante os dois anos de pandemia, fez campanha pela política burguesa do isolamento social, quando a maioria dos trabalhadores já estava em seus postos de trabalho. Essa passividade faz da CNTE um organismo sem vida para os milhões de trabalhadores da educação.

Agora, diante do governo Lula, a tendência da CNTE é a de expressar centralizadamente a política de colaboração de classes das direções sindicais. A Plenária foi convocada precisamente para legitimar a participação da CNTE nos fóruns tripartites e nas mesas de negociação permanente.

A Corrente Proletária participa dessa 4ª Plenária tendo claro que dificilmente será revertida essa política de estatização sindical. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de lutar pela transformação do caráter aparelhista e burocrático da CNTE. Os trabalhadores da educação necessitam de um verdadeiro organismo que centralize política e organizativamente o movimento dos professores, funcionários e juventude em defesa do programa da educação pública, e que se vincule ativamente ao movimento da classe operária e dos demais explorados. A defesa da educação vinculada à produção social cabe não apenas aos sindicatos ligados ao sistema ensino, mas também, e sobretudo, aos sindicatos da classe operária. Um passo nesse sentido pode ser dado se a 4ª Plenária da CNTE aprovar uma campanha pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, saúde e educação pública, e derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

## Conferência do POR da Regional Norte

Logo mais, será realizada a Conferência da Regional Norte do Partido Operário Revolucionário (POR). Assim, concluirá o objetivo de impulsionar a construção nacional do partido. Em meados de janeiro e início de fevereiro ocorreram as Conferências das Regionais do Nordeste e Sudeste-Sul, respectivamente. Essas atividades, previstas estatutariamente, possibilitam compreender as particularidades regionais, marcadas pela lei capitalista do desenvolvimento desigual e combinado, em um país continental, que caracteriza o Brasil. O estudo detalhado dos aspectos singulares de cada região permite assimilar a constituição do país como uma unidade nacional, regida pelo capitalismo de economia atrasada e semicolonial. As Conferências Regionais foram naturalmente fazendo parte da organização do POR em função da aplicação do programa.

A Regional Norte, embora se encontre em um estágio embrionário, se comparada com as regionais do Nordeste e Sudeste, realiza a sua 2ª Conferência. Há que se assinalar também que, nas próprias Regionais, destacam-se determinados estados onde a implantação do partido se encontra mais avançada. O caráter embrionário da Regional Sul fez com que continuasse participando da Conferência da Regional Sudeste. Em vários estados, o POR ainda não implantou uma regional embrionária. O que coloca a tarefa de superar essa debilidade organizativa. Notamos, porém, que o fortalecimento das Regionais que realizaram suas Conferências se constituiu em um pilar para o desenvolvimento nacional do partido. Nesse mesmo sentido, a Conferência da Regional Norte deve discutir e traçar as diretrizes para elevar seu patamar de construção.

A Resolução da 1ª Conferência, realizada nos dias 6 e 7 e março

de 2021, estabeleceu as bases programáticas que correspondem às suas particularidades como refração da unidade nacional de capitalismo atrasado, em referência ao capitalismo das potências imperialistas. O fato da 1ª Conferência não se limitar à descrição dos aspectos econômicos, sociais e políticos que expressam as particularidades regionais, e de procurar os fundamentos programáticos gerais, preparou o caminho para o desenvolvimento partidário como um todo. Esse mesmo método marxista e esse mesmo objetivo se coloca para a 2ª Conferência da Regional Norte. A Resolução que será discutida, aprimorada e aprovada, com certeza, representará um novo passo para a construção nacional do POR.

Dadas essas condições, publicamos nesse número do Jornal Massas a parte da Resolução da 1ª Conferência que resultou em uma maior compreensão das particularidades regionais como aspectos da unidade nacional do País. O POR publicou as Resoluções da Conferência Regional Sudeste-Sul e prepara a publicação das do Nordeste. O mesmo fará com as Resoluções da Conferência da Regional Norte.

### Abaixo publicamos as Teses Conclusivas da 1ª Conferência:

#### Teses conclusivas

1. A região Norte é formada por 7 estados, que têm características econômicas, sociais e políticas muito semelhantes, apesar das diferentes atividades econômicas. Conserva um enorme atraso, em relação ao desenvolvimento geral do capitalismo no país. O extenso

território, a imensa floresta amazônica, o pujante rio Amazonas e a abundante riqueza natural propiciam a penetração de formas capitalistas avançadas de exploração, que se chocam com as formas primitivas de coleta, extrativismo e agricultura. O avanço da propriedade privada dos meios de produção sobre a economia natural indígena determinou o regime latifundiário da terra. O governo nacionalista de Getúlio Vargas, em 1953, criou o conceito político de “Amazônia Legal”, para que o Estado impulsionasse a incorporação da região no processo de desenvolvimento nacional. Ocorreram várias alterações, mas o fundamento permanece até hoje. A tentativa do regime militar de colonizar os estados amazônicos, por meio da implantação da agricultura camponesa não foi adiante. A via da exploração capitalista somente poderia avançar com os investimentos do grande capital, provenientes dos estados mais desenvolvidos e do exterior. Uma acumulação interna de capital na própria região seria muito lenta e dependente do mercado interno e externo. As forças produtivas controladas pelo grande capital teriam de penetrar na região Norte, dissolvendo forçosamente as antigas formas de produção e subsistência da população. Não havia como se processar o desenvolvimento capitalista por meio da pequena e média propriedade camponesa. Com a aquisição e grilagem de grandes extensões de terras, a região foi sendo incorporada às forças produtivas nacionais pelo capital dos latifundiários, da agroindústria, das empresas de extração e dos banqueiros. O esgotamento gradual da agricultura capitalista nos estados mais desenvolvidos e o crescimento da dependência do país ao comércio exterior, como produtor de commodities, aumentaram as pressões para que novas fronteiras agrícolas e pastoril fossem abertas na “Amazônia Legal”. O desmatamento atingiu uma proporção extraordinária não só pela voracidade das madeireiras, mas também da agroindústria.

2. Era inevitável que a expansão do grande capital sobre a região Norte potencializasse os conflitos sociais com indígenas, ribeirinhos e camponeses. A utilização do velho método da violência dos grandes proprietários contra os oprimidos do campo, conhecida em todo o país, se proliferou na região Norte, com o uso de jagunços. O que não dispensou a intervenção do Estado, responsável por dois grandes massacres de camponeses sem-terra, de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. A existência de três movimentos de camponeses – Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Movimento dos Sem-Terra (MST) e Movimento dos Camponeses de Corumbiara – reflete o desenvolvimento da luta de classes no campo, nessa região. Os assassinatos recorrentes evidenciam o choque entre latifundiários, grileiros, garimpeiros e madeireiros com posseiros, sem-terra, ribeirinhos e indígenas.

3. A questão indígena tem a particularidade, por constituir povos autóctones. A dizimação histórica de inúmeras etnias chegou ao ponto de quase extingui-las. Entre os poucos que restaram, ainda existem indígenas sobrevivendo tão somente da coleta primitiva. O avanço do capitalismo na Amazônia tende a impor a sua extinção definitiva. As reservas e demarcações de terras, a cargo do Estado burguês, geraram crises políticas e confrontos dos capitalistas com os indígenas. É questão de tempo para que a suposta autodeterminação e preservação das nacionalidades índias desabem. O poder econômico invade as reservas de maneira clandestina e legal. Não há como os indígenas sobreviverem independentemente dos condicionamentos capitalistas.

4. A classe operária é pouco desenvolvida, uma vez que a industrialização é escassa na região Norte. A indústria se concentra em poucos centros urbanos. A implantação da Zona Franca de Manaus não passou de um artifício para beneficiar grandes empresas. O objetivo de servir de base para ampliar o raio de industrialização na região não se cumpriu. Parte das indústrias nascentes nessa região está vinculada ao extrativismo, pecuária e agroindústria. A

construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio deu lugar a um poderoso movimento grevista, mas circunstancial. O operariado da construção civil se destaca. Uma forte organização da classe operária é fundamental, para compensar seu pequeno peso numérico, em relação aos demais oprimidos.

5. O imperialismo exerce tremenda pressão sobre o Brasil, para que a floresta amazônica seja preservada. O desmatamento contínuo, as queimadas e a contaminação dos rios são motivos de ataques externos aos governos – principalmente, agora, ao Bolsonaro – e de divisões no interior da burguesia. O mais recente embate se deu com a reforma do Código Florestal, em 2012, sob o governo de Dilma Rousseff. Impuseram-se as pressões dos grandes proprietários e da agroindústria, para flexibilizar o Código de 1934 e de 1965. A anistia aos desmatadores e grileiros evidenciou que nenhuma lei é capaz de interromper a penetração do capital nas áreas florestais. A rede de ONGs, que se estende na floresta amazônica, serve aos interesses do imperialismo, e não da real defesa do bioma. A diretriz do governo Bolsonaro, estabelecida pelos militares, de defesa da soberania nacional oculta sua dependência ao imperialismo norte-americano, que concorre com os interesses do imperialismo europeu. Os embates em torno ao ambientalismo e ao aumento das queimadas, sob o governo de Bolsonaro, tão somente expõem a impossibilidade de conter o avanço da penetração capitalista na “Amazônia Legal”.

6. O programa de privatização dos governos anteriores e, agora, em particular, de Bolsonaro, impulsiona a desnacionalização de ramos fundamentais da economia. O processo de penetração das relações capitalistas de produção na “Amazônia Legal” ocorre, fundamentalmente, por meio do grande capital. Com ele, se expande a desnacionalização da floresta e das riquezas naturais. Setores da burguesia, que advogam o preservacionismo, ocultam que a diretriz privatizante e a consequente desnacionalização favorecem o saque da região Norte pelos poderosos grupos nacionais e internacionais. A burguesia e seus governos são incapazes de romper com a dominação imperialista. Uma das tarefas anti-imperialistas é a do real controle nacional das riquezas amazônicas. Somente assim se pode realizar a bandeira de soberania. O proletariado é a única classe, pelo lugar que ocupa nas relações de produção, a travar consequentemente o combate à ofensiva das potências, que se mascaram da defesa climática. É fundamental organizar a luta da classe operária, em aliança com os pobres do campo, contra a desnacionalização e a exploração caótica da floresta se dá sob a bandeira da nacionalização das terras.

7. O atraso econômico da região Norte, em particular dos estados Amazonas e Rondônia, não é um problema regional, mas nacional. As particularidades de seu baixo desenvolvimento capitalista se compõem com as particularidades de outras regiões, constituindo um todo interdependente, regido pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, típica do modo de produção mundial do capitalismo. Essa mesma lei configura as diferenças e semelhanças entre os países da América Latina – isso para permanecer no âmbito de nosso Continente. A concentração industrial no Sudeste e Sul e a rarefeita industrialização do Nordeste, Centro-Oeste e Norte compõem o capitalismo atrasado no Brasil, em referência ao capitalismo avançado imperialista. Essa relação estrutural impossibilita uma mudança qualitativa no desenvolvimento regional. Nos marcos do capitalismo, as suas formas de produção e as suas classes sociais sempre estarão em atraso às dos polos industriais do Sudeste-Sul.

8. A superação do atraso nas regiões desindustrializadas ou semi-industrializadas constituem uma tarefa democrática, que a burguesia nacional não resolveu e não poderá resolver. As travas do imperialismo saqueador, de um lado, e as da oligarquia

burguesa, de outro, perpetuam o desenvolvimento desigual e combinado. A independência nacional e a revolução agrária são as condições iniciais para se romper a estrutura econômica, que subordina os estados atrasados aos adiantados. A independência nacional rompe o poder do capital externo sobre a base econômica do país. A revolução agrária destrói o poder dos latifundiários, do capital financeiro e da agroindústria sobre a terra. E permite garantir a sobrevivência das etnias indígenas, em condições favoráveis à sua autodeterminação. A preservação da natureza – não só das florestas – está na razão direta da superação do modo de

produção capitalista de exploração e apropriação privada. Ocorre que a revolução democrática somente se realiza, sob a direção do proletariado. Em outras palavras, sob um governo operário e camponês, originário da revolução proletária. A tarefa de lutar pela aliança operária e camponesa é de ordem nacional, mas se deve reconhecer as particularidades regionais. O desenvolvimento concreto da luta de classes leva à compreensão de que há uma interdependência entre a revolução democrática e a revolução proletária, que expropria a propriedade privada dos meios de produção e a transforma em propriedade social.

## Entrevista

# MARXISMO E QUESTÃO INDÍGENA

## Debate na TV A Comuna, dia 31 de janeiro de 2023

### Transcrevemos a fala inicial da companheira do POR

Boa noite, companheiros. Essa fala não é uma fala individual, é uma fala que expressa a construção coletiva do Partido Operário Revolucionário. Ao discutir a questão indígena, é inevitável fazer a referência ao que está acontecendo agora, no Brasil. Desde o dia 20 de janeiro, os holofotes nacionais estão direcionados para Terra Indígena Yanomami, essa que é a maior terra indígena aqui do Brasil. O decreto de emergência em saúde pública e a visita do presidente e ministras chamaram a atenção para uma questão que não é nova, inclusive nesse próprio território. Situação que já vinha sendo denunciada há tempos, os impactos da invasão de cerca de 20 mil garimpeiros que tem levado a desmatamento, contaminação das águas e alimentos, surtos de malária, disenteria, verminoses, desnutrição. Tem se divulgado os dados das mortes de centenas de crianças por desnutrição, por causas evitáveis. De 30 mil pessoas que vivem no território, metade está doente, desnutrida. O importante é debater que esse genocídio não é algo que esteja sendo sofrido nesse momento exclusivamente e também não é algo restrito a esse território. É a marca de séculos, desde a colonização das Américas e como esses povos vem sofrendo com a exploração, com o genocídio e com várias manifestações da opressão.

Nesse momento de profunda comoção, Lula tem prometido o fim do garimpo, as esquerdas têm feito uma ação de responsabilizar quase que unicamente Bolsonaro e o seu entorno. E é claro que ele tem a sua responsabilidade por sua política claramente anti-indígena. Antes mesmo das eleições, já manifestava os seus projetos de extermínio, de não demarcação de terras, de exploração econômica. E ele precisa ser responsabilizado por isso, mas as responsabilidades são muito mais amplas, porque é um crime da classe capitalista de conjunto. Por ser um crime da classe capitalista, para chegar às responsabilidades mesmo, a justiça burguesa é incapaz de fazer isso. É necessário erguer os tribunais populares, com a participação das massas, inclusive indígenas, para conseguir punir esses responsáveis.

Lula e seu governo podem tentar aplicar algumas medidas para remediar a situação, mas não dá para ter nenhuma dúvida de que esse governo está voltado a preservar a raiz da opressão a esses povos, que é a manutenção da propriedade privada capitalista e de tudo que vem junto com isso. Não é só um prognóstico, mas é um balanço também do que foram os governos do PT, que tiveram como grande impulso na economia a expansão das fronteiras agrícolas, apoiado no crescimento por exemplo da JBS. Foi

justamente nos estados em que houve essa ampliação – eles até criaram o acróstico MATOPIBA, de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia –, foi justamente nesse nesses lugares onde houve a expansão a serviço do agronegócio, que se ampliaram os crimes contra povos indígenas, camponeses, ribeirinhos e extrativistas. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte também representou grande violência e desconhecimento dos direitos dos povos indígenas desse território.

O genocídio Yanomami escancarado nas imagens de crianças e idosos, só pele e osso, também expõe a voracidade do capital, nessa fase imperialista. Expressa o processo de desindustrialização do país, de uma exploração mais intensa da terra, de um reforçamento do papel do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de matérias-primas. A existência desses 20 mil garimpeiros ilegais também expõe a destruição dos empregos, dos salários e dos direitos. Expõe uma face do desemprego e da miséria, que permite que uma parcela dos explorados seja arregimentada por uma parcela de exploradores, que financia essa invasão, pagando pelos voos, equipamentos e armas que não poderiam ser obtidos pelos próprios garimpeiros.

O profundo repúdio que a gente tem que manifestar diante do que está acontecendo tem de nos levar a também formular resposta para algumas questões. A gente tem de pensar: Como que essa opressão sobre as nações indígenas pode ser eliminada? Como esses povos indígenas podem conquistar a sua real autodeterminação? Para responder a isso, vou apresentar elementos que constam no programa do Partido Operário Revolucionário e também a elaboração de marxistas latino-americanos como José Carlos Mariátegui e Guillermo Lora, dirigente do POR da Bolívia, falecido em 2009, mas que deu grandes contribuições a esse tema.

Entrando nessa caracterização mais programática, o Brasil integra a América Latina e a gente tem elementos comuns de uma condição de sermos países semicoloniais. Essa condição de sermos países que têm uma economia combinada condiciona que a gente tenha de responder ao problema da questão agrária, da unidade nacional, da soberania nacional, que nunca foi conquistada, e um dos problemas democráticos que a gente tem para enfrentar é também a autodeterminação dos povos indígenas. Isso vai marcar a nossa formação social e também a luta de classes, porque os povos indígenas integram as massas oprimidas.

É claro que, dentro da América Latina, a gente tem particularidades que vêm, até mesmo, de antes do período colonial, de quem eram esses povos originários, qual o grau de desenvolvimento de

forças produtivas, havendo desde povos nômades e extrativistas, até povos que conseguiram erguer impérios com os Incas, que inclusive já começavam a ter uma diferenciação social e também já exerciam elementos de opressão sobre outros povos originários. Então tem essas diferenças desde antes da colonização e também decorrentes do processo de colonização. Há países em que essas massas indígenas foram a base da formação da força de trabalho, há particularidades sobre como se deu a industrialização em cada lugar. Mas nós temos em comum que temos essa questão como parte da revolução na América Latina para ser respondida. Os indígenas formam parte das massas oprimidas e, junto com outros setores do campo: camponeses pobres, ribeirinhos, extrativistas, estão em choque permanente com a burguesia agrária, com a fração imperialista, os mineradores, sejam eles legais ou ilegais.

A sobrevivência dessas nacionalidades depende fundamentalmente da garantia da posse da terra e da sua real autodeterminação. Esse caso dos Yanomami, e tantos outros, expõem que o Estado burguês é incapaz de proteger esses povos, suas terras, e suas imensas riquezas da cobiça do poder econômico. Esse Estado burguês do Brasil se ergueu com base no genocídio colonial. Desde a colonização, os indígenas protagonizaram guerras de autodefesa, mas foram massacrados, controlados pelas armas e também pela catequese. Os governos nacionalistas e a ditadura aplicaram uma resposta nacionalista de “integração” e também “proteção” desde que esses povos não afetassem os interesses do “desenvolvimento nacional”. Foram governos que massacraram de várias maneiras esses povos, mesmo em nome de uma pretensa proteção.

Já nos fins da ditadura, surge uma articulação nacional dos povos indígenas, com base em assembleias, enfrentando os efeitos das ações do governo militar, e bastante vinculados a uma ala da Igreja Católica, que tem uma atuação importante de denúncia, mas que tem seus limites estratégicos. Isso vai chegar à Constituição de 1988 com a conquista da demarcação dos territórios. Mais recentemente, as organizações indígenas têm se vinculado, bastante, a organizações externas como ONGs, fundações vinculadas à social-democracia europeia e, inclusive, num processo de ampliação da adaptação à política burguesa, com suas lideranças ampliando as candidaturas por meio de partidos centristas, reformistas ou mesmo partidos burgueses.

Mesmo quando o Estado se apresenta como protetor dos indígenas, isso não pode ocultar que ele já mostrou sua total incapacidade de frear a violência dos exploradores. Sendo que há momentos em que o governo, se junta abertamente aos violadores, como foi o caso de Bolsonaro ou do governador de Roraima. O fundamental entender que a preservação das nacionalidades indígenas e o atendimento de suas necessidades não são conciliáveis com os interesses da burguesia e suas frações.

Uma outra questão para a gente debater é que classe pode eliminar essa opressão sobre as nações indígenas?

Há países imperialistas falando que vão socorrer os Yanomami, porém, nenhuma solução progressiva virá das potências imperialistas e de suas organizações internacionais, como as COPs, a ONU e tal. Quando eles atuam para “proteger” as florestas e o meio ambiente, fazem isso aspirando a prioridade na exploração das riquezas desses territórios, seja imediatamente, seja futuramente. Mascaramento essa exploração com o discurso verde da sustentabilidade. Então não podemos esperar nada da burguesia imperialista.

Sobre a burguesia nacional, ela nunca teve um plano de proteção a esses povos. O nacionalismo aplicou uma política de “integração”, de “modernização” com base na aculturação. Mesmo quando criaram as reservas, isso estava subordinado à política de genocídio, com deslocamentos para avançar em projetos econômi-

cos de construção de estradas, expansão de fronteiras agrícolas, hidrelétricas etc.

Ao comentar sobre a resposta das classes a esse problema, é importante considerar qual a política da pequena burguesia. Hoje, várias das organizações indígenas estão se ligando à política, por exemplo, do PSOL. A pequena burguesia gosta muito de aplicar as pseudoteorias identitárias, falar de protagonismo dos próprios oprimidos na solução dos seus problemas, mas, invariavelmente, para além da aparência, a política deles confia em uma ala do imperialismo ou da burguesia nacional. Eles não conseguem ter uma resposta própria.

Uma resposta classista e revolucionária vai depender da luta unitária das massas oprimidas do campo, das florestas e das cidades, de uma aliança da classe operária com a classe camponesa com os povos indígenas, mas com uma direção do proletariado, porque é a classe operária que expressa o antagonismo com a burguesia e que pode dirigir essa maioria nacional oprimida na luta pela solução dos seus problemas. O que só vai poder se dar pela via revolucionária. O Partido Operário Revolucionário, dentro dessa linha, luta ao lado do movimento indígena pelo atendimento das suas reivindicações, mas também defende que a real autodeterminação desses povos tem de ser entendida como é entendido mesmo o direito de autodeterminação nacional, que pressupõe, inclusive, o direito desses povos se separarem em relação ao Estado que os oprime, para que eles possam ter real soberania sobre os seus territórios, sobre o seu modo de vida. Isso só pode ser viabilizado por um Estado operário, que poderia deixar esses povos livres para, inclusive, se separarem e, se quiserem, se federarem com esse Estado, mas quebrando a relação de subordinação e o vínculo de opressão nacional.

Esse é um programa defendido pelos marxistas. Não é que a gente tenha uma defesa de mais fronteiras nacionais. Pelo contrário, a gente quer o fim dessas fronteiras, uma união de todos os povos. Mas, havendo uma nação oprimida no nosso território, é dever dos revolucionários defender o seu direito à autodeterminação, inclusive se eles quiserem se separar. Um programa como esse condiciona também quais são os métodos as táticas. Os povos indígenas já têm um amplo arsenal de experiências, de formas de autodefesa, de ação direta, de bloqueio de rodovias, até mesmo de fazer reféns aqueles que estão invadindo seu território. Eles têm várias maneiras de auto-organização e a gente precisa avançar nesses métodos, em unidade com os demais oprimidos também do campo da cidade. Isso vai no sentido contrário do que tem levado eles abandonarem seus métodos próprios e confiar cada vez na política jurídico-parlamentar, a se iludir com o próprio Estado burguês.

Falando nisso, é importante a gente fazer um balanço das falsas soluções que são apresentadas. Começa a aparecer mais aqui no debate do Brasil, por exemplo, a questão de Estado plurinacional, a proposta de constitucionalizar o princípio do Bem Viver etc. Para fazer um balanço dessas alternativas, é interessante ver que as respostas dos Estados nacionais aqui na América Latina sempre se dão dentro dos marcos das orientações do imperialismo, por meio das suas organizações internacionais. Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem o convênio 107, de 1957, que baseia a visão nacionalista em relação ao enfrentamento da questão indígena. Esse convênio falava que os povos originários eram populações transitórias que tendiam a desaparecer com a modernização e que só se poderia garantir seus costumes se isso fosse compatível com a segurança nacional ou com desenvolvimento nacional. Na prática, se orientava inclusive a deslocar esses povos, caso sua presença afetasse algum interesse econômico ou político. Em 1989, se muda esse parâmetro com o convênio 169. Em vez de “populações” começa a se denominar de “povos”, reconhecendo a

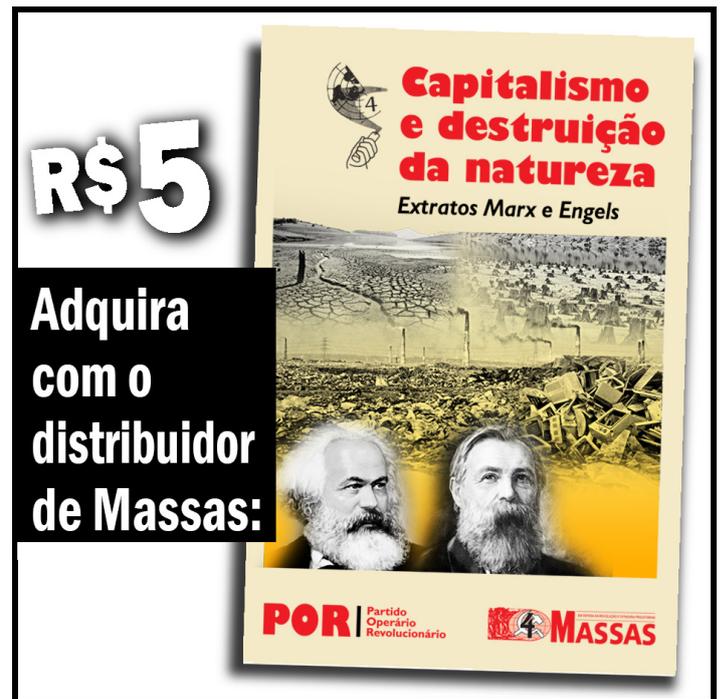
identidade como povo, sua cosmovisão, porém já no primeiro artigo do convênio 169/1989 da OIT já esclarecem que não é garantido a esses povos o que o direito internacional formalmente estabelece, ou seja, o seu direito de autodeterminação.

Na América Latina, a partir dos anos 2000, houve várias lutas e insurreições populares com grande presença indígena, principalmente nos países andinos, como Bolívia e Equador. Isso desembocou num processo de criação de constituições que incluíram o princípio da plurinacionalidade. Mas é falso que essas experiências tenham resultado em Estados de todas as nações, de todas as classes, permanece o velho Estado burguês, mesmo que tenha um discurso principalmente voltado ao exterior, em torno da Pacha Mama, da natureza como sujeito de direitos, como é o caso do governo de Evo Morales, na Bolívia. Ele fazia todo esse discurso para fora do país, mas dentro da Bolívia, pelas condições econômicas, ele tem de fazer mineração a céu aberto. Aí não tem discussão se o rio é um sujeito de direito ou não. O Estado vai massacrar o povo indígena, mesmo que o presidente seja alguém de origem indígena, e vai destruir a natureza. Esse é um exemplo bem claro que mostra como o Estado burguês não tem como ser reformado, independente de quem ocupa a cadeira presidencial.

Esses processos também incluíram a constitucionalização do Bem Viver. Prometem, ao colocar isso na Constituição, garantir uma convivência harmônica de todo tipo de propriedade, desde a propriedade monopolista até a propriedade comunal. E idealizam muito a questão como se os indígenas sempre tivessem querido conviver com o colonizador. Há autores como Boaventura de Souza Santos que teorizam isso e falsificam a história de resistência desses povos. Basta ver, por exemplo, a trajetória dos Mapuche.

Vou abrir um parêntese para falar dos Mapuche, porque eles são um povo que conseguiu se erguer como nação e defender a autodeterminação nesse sentido de ter seu próprio território. É uma experiência muito interessante da gente aprender com eles. Esse povo que tem o seu território no que a gente conhece como território do Chile e do sul da Argentina. Eles têm uma trajetória de resistência antes mesmo da colonização, porque conseguiram resistir quando os Incas estavam já criando estruturas de opressão sobre outros povos. Isso os preparou para quando vieram os colonizadores espanhóis, eles resistiram, se infiltraram no exército espanhol, conheceram suas táticas militares e, em 1550, conseguiram derrotar o exército do colonizador. Inclusive dizem que fizeram os espanhóis engolirem ouro. Os Mapuche estabeleceram uma relação com a coroa espanhola em que existia uma demarcação do seu território.

Ao longo da história chilena, na independência tiveram legislações de demarcação e foram perdendo territórios, sob o governo Allende, com base nas suas próprias lutas, eles recuperaram parte do território. E, novamente, com a democratização, o Estado burguês segue atacando esses povos e continuam negando o seu direito de autodeterminação. Seja o governo Bachelet, seja o governo de direita de Piñera, ou agora o governo Boric. Os levantes de 2019 tiveram uma importância enorme também dos Mapuche. A canalização no processo institucional por meio da Constituinte, não por acaso, colocou na presidência da Assembleia Constituinte uma liderança indígena, mas mesmo assim esse povo rechaçou a farsa da nova Constituição. Eles se recusam, muito claramente, a



**R\$5**

**Capitalismo e destruição da natureza**  
Extratos Marx e Engels

**Adquira com o distribuidor de Massas:**

**POR** Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

ser os “índios do Chile” e afirmam “somos o povo Mapuche, um povo próprio, que quer ter o seu próprio território e quer ter o seu próprio Estado”.

Essa experiência mostra bem a necessidade de quebrar essa visão romantizada, que vem junto com a recusa da bandeira do socialismo, que seria etnocêntrica, que deveria ser substituída pela do Bem Viver. Muitas falsificações são feitas em nome da apropriação desses modos de vida, como se eles fossem compatíveis com o Estado burguês. Portanto, falar de autodeterminação sem real independência é um contrassenso. Mas a maior parte dos povos indígenas acabam se guiando por essa concepção de autodeterminação limitada, por conta da trajetória de genocídio, de dominação, e até mesmo de como foram submetidos ao controle religioso e ideológico das classes e nacionalidades dominantes.

Temos, no entanto, bases históricas e teóricas para defender uma solução para esse problema, que passa pela revolução proletária. Por isso que a gente está nessa tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário. E a gente se apoia no que há de mais avançado na elaboração sobre isso na América Latina. O peruano José Mariátegui, na década de 1920, já falava que o problema indígena é a questão da terra falava que não adianta reivindicar o direito à educação, à cultura, ao amor, ao céu. Tem de começar pela terra. E o Guillermo Lora, que aplicou esse programa da resposta ao problema da opressão nacional na Bolívia, respondendo a essa questão da opressão sobre os povos indígenas com o programa de autodeterminação como parte do programa da revolução proletária. Concluo, com isso, a exposição inicial e depois conversamos mais no debate.

**LANÇAMENTO!**

**GUERRA NA UCRÂNIA**

Posição e resposta do internacionalismo proletário

**R\$40**

**GUERRA NA UCRÂNIA**  
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Assista ao debate acessando pelo QR code ao lado ou pelo link abaixo:



<https://www.youtube.com/watch?v=k-ASc8cTeYA>

Nesta edição:

**Guerra na Ucrânia:** Um ano de Guerra na Ucrânia Fortalecer a campanha internacionalista do CERQUI

**Chile:** Boletim Revolução Proletária denuncia subordinação ao imperialismo

**Israel-Palestina:** Estado Sionista realiza mais um massacre na Cisjordânia. Cresce a resistência do povo palestino

**Lênin:** O Dia Internacional da Mulher Operária  
Posição marxista sobre as anexações  
Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação

**Campanha do POR contra a Guerra, no Massas**

Artigos das Seções  
**Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



## **Um ano de Guerra na Ucrânia Fortalecer a campanha internacionalista do CERQUI**

*Diante de um ano de guerra na Ucrânia e da campanha imperialista dos Estados Unidos e de sua aliança europeia de ocultarem-se como sendo os principais responsáveis pela bárbara conflagração, publicamos a apresentação do livro “Guerra na Ucrânia. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”. Quatro meses depois, os acontecimentos comprovam o acerto geral da linha desenvolvida pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).*

*O Partido Operário Revolucionário (POR) dedicou o máximo de esforço para expressar no meio operário e popular as posições do internacionalismo proletário. Empenhou-se na campanha de divulgação de suas bandeiras, por meio do Jornal Massas, de Manifestos, Declarações, entrevistas, atos-políticos, cursos de formação, cartazes e boletins das frentes de intervenção partidária.*

*Hoje, o POR acumula uma importante experiência da luta internacional contra uma guerra, caracterizada pelo CERQUI, como guerra de dominação. A publicação da apresentação do livro se justifica no momento em que o conflito perfaz um ano, tende a se prolongar e se agravar ainda mais.*

*Esperamos que não apenas a militância porista se esforce em divulgar o livro “Guerra na Ucrânia. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”, mas também aqueles que mostrarem concordância com as bandeiras que se encontram sinteticamente na sua apresentação.*

***Viva a luta proletária pelo fim da Guerra na Ucrânia!***

### **Apresentação**

5 de novembro de 2022

Este livro foi concluído quando a guerra na Ucrânia completou oito meses. Tudo indica que se prolongará por muito tempo. O que significa que ficará incompleto. Mas, decidimos pela sua publicação, uma vez que as posições programáticas e as respostas a cada aspecto fundamental da guerra estão em grande medida estabelecidas.

Esta iniciativa tem a função prática de desenvolver a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), iniciada em 18 de janeiro de 2022 com a

declaração “Disputa pela Ucrânia – Perigo de Guerra”. Em 1º de fevereiro, divulgamos a declaração “Escalada militar em torno à Ucrânia. Somente o proletariado organizado e em luta pode responder com seu programa e política próprios aos perigos da guerra”. Dois dias antes de as Forças Armadas russas entrarem no território ucraniano, portanto, em 22 de fevereiro, o CERQUI emitiu a nota “Estados Unidos empurram a Rússia à guerra. Resposta proletária internacionalista”. Em 25 de fevereiro, no dia seguinte ao início da conflagração, divulgamos a

declaração “Somente a classe operária mundial pode acabar com a escalada militar dos EUA-OTAN e com a intervenção da Rússia na Ucrânia”.

Como se pode ver, na penúltima declaração, antes de se iniciar a guerra em 24 de fevereiro, o CERQUI levantou as seguintes bandeiras: “Pelo fim da OTAN! Imediata retirada das bases militares da Polônia, Romênia e outros países! Expulsão dos Estados Unidos da Europa! Pelo fim do desmembramento e anexação territorial da Ucrânia! Pela reintegração de russos e ucranianos

em Donetsk e Luhansk! Pela união da classe operária contra a guerra, pelo fim do capitalismo e pela retomada da transição do capitalismo ao socialismo! Pela derrota do nacionalismo pró-imperialista e restauracionista! Pelo internacionalismo proletário! Não à guerra! Sim, à revolução socialista!”. Na declaração seguinte, colocam-se as bandeiras: “Fora os Estados Unidos da Europa! Desmantelamento da OTAN! Retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia! Por uma Ucrânia independente e soviética!”.

Na nota do CERQUI de 28 de fevereiro, portanto, quatro dias após o início da guerra, a formulação da posição internacionalista avança no seguinte sentido: “Colocam-se, na situação, as bandeiras: pelo desmantelamento da OTAN; pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo; retirada imediata das tropas russas da Ucrânia; pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia; recuperação das conquistas revolucionárias do proletariado com a constituição da URSS”. Conclui: “Essas bandeiras correspondem à luta do proletariado, no campo da independência de classe e sob a estratégia histórica dos Estados Unidos Socialistas da Europa. É imprescindível que a vanguarda com consciência de classe trave uma batalha voltada a construir os partidos marxista-leninista-trotskistas, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional”.

Essas formulações corresponderam a um primeiro momento de luta contra a deflagração da guerra. Uma vez que as Forças Armadas russas e as ucranianas sedimentaram a guerra, e o governo de Putin e de Zelenski não chegaram a um acordo, o CERQUI levantou a bandeira “Pelo fim da guerra na Ucrânia! Somente a classe operária organizada e unida em torno ao programa da revolução mundial pode enfrentar o curso da barbárie do capitalismo em decomposição”. A formulação agrega novos elementos: “Abaixo as

medidas econômicas e financeiras de Biden contra a Rússia e a economia mundial! Pelo desmantelamento da OTAN! Pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo! Pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia! Abaixo a burocracia e a oligarquia burguesa russa e ucraniana! Pela ditadura do proletariado e restabelecimento da democracia soviética! Operários e demais trabalhadores, lutemos unidos sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do mundo!”

Ao completar um mês de guerra, a declaração afirma: “Os Estados Unidos e aliados europeus são os maiores responsáveis pela barbárie. É preciso que a classe operária e

***Publicamos um conjunto de documentos que antecedem os acontecimentos presentes. No livro editado em dezembro de 2015, intitulado “Socialismo ou Barbárie”, se encontra uma seção dedicada à crise ucraniana de 2014, cujos precedentes conduziram à atual conflagração. Nesta seção, além dos documentos redigidos pelo POR, constam textos de Lênin e Trotsky sobre a questão da Ucrânia. Trata-se de documentos históricos imprescindíveis, para compreender a guerra desencadeada em 24 de fevereiro de 2022, e para formular as posições programáticas. Fazem parte, desse conjunto, alguns textos de crítica e delimitação das posições do POR diante das correntes de esquerda, tanto em relação às que se reivindicam do trotskismo, quanto às de procedência estalinista.***

os demais explorados se levantem pelo fim da OTAN e das bases militares norte-americanas! Faz parte dessa luta anti-imperialista, a defesa da autodeterminação da Ucrânia”. Conclui com a premissa: “O capitalismo há muito só tem a oferecer privações à maioria oprimida e guerras. A destruição da URSS interrompeu o processo de transição do capitalismo ao socialismo, mas não eliminou as suas bases objetivas e a necessidade de ser reconstituído pelas revoluções proletárias”.

Agora, ao completar oito meses de guerra, a situação mundial é tão grave que a Ucrânia expressa a ponta de um iceberg. Tornaram-se comuns as avaliações sobre os perigos de a conflagração se generalizar na forma de uma pré-guerra mundial. Como não poderia deixar de ser, sobreveio o espectro da utilização de armas nucleares. É nessas condições que ressalta a crise de direção do proletariado. Somente essa classe revolucionária por excelência pode combater, com o programa da revolução socialista, a guerra que se prolonga, e interromper a sua projeção para além do território ucraniano.

A ausência dos partidos marxista-leninista-trotskistas, amplamente organizados e enraizados no proletariado, se evidencia como o grande obstáculo para responder do ponto de vista prático à guerra, encarnando as bandeiras e as posições internacionalistas do CERQUI. É preciso considerar, no entanto, que os explorados da Europa e de todo o mundo, e em particular da Ucrânia e da Rússia, acabarão por se rebelar contra o imperialismo e contra a opressão nacional exercida pelo Estado russo restauracionista. Essa é a via da luta independente do conjunto dos trabalhadores para acabar com a guerra.

Ao completar oito meses de guerra, o CERQUI publicou a declaração: “Oito meses de guerra na Ucrânia, sem perspectiva de solução. O imperialismo alimenta a sua continuidade. Pelo fim da guerra sem os ditames dos Estados Unidos, das potências europeias e da OTAN, por uma paz sem anexação”. Essa bandeira proletária é um guia para unir a maioria oprimida para pôr fim à guerra de dominação, que se desenvolve no território ucraniano, mas que tem alcance mundial.

Este livro, como se pode constatar, é uma arma programática, política e ideológica da classe operária contra a guerra, que serve aos interesses dos capitalistas; e a favor da guerra revo-

lucionária de libertação, para destruir o capitalismo e construir a sociedade sem classes – o comunismo.

O leitor verá que o livro não se limita às declarações e notas do CERQUI. Publicamos um conjunto de documentos que antecedem os acontecimentos presentes. No livro editado em dezembro de 2015, intitulado “Socialismo ou Barbárie”, se encontra uma seção dedicada à crise ucraniana de 2014, cujos precedentes conduziram à atual conflagração. Nesta seção, além dos documentos redigidos pelo POR, constam textos de Lênin e Trotsky sobre a questão da Ucrânia. Trata-se de documentos históricos imprescindíveis, para compreender a guerra desencadeada em 24 de fevereiro de 2022, e para formular as posições programáticas. Fazem parte, desse conjunto, alguns textos de crítica e delimitação das posições do POR diante das correntes de esquerda, tanto em relação às que se reivindicam do trotskismo,

quanto às de procedência estalinista. Decidimos republicar neste livro esses textos, uma vez que permitem clarear o percurso que desembocou na guerra. Aproveitamos para ampliar a compreensão da questão ucraniana, agregando os textos de Trotsky e Lênin sobre o lugar da Ucrânia na Revolução Russa e na formação da URSS, bem como sobre a concepção marxista da guerra. É necessário assinalar que as declarações, notas e resoluções sobre a guerra na Ucrânia se baseiam no processo de restauração capitalista, que levou à derrocada da URSS.

Não poderíamos deixar de publicar os editoriais do Jornal Massas, que refletem o cuidado e o empenho do POR em seguir passo a passo o desenvolvimento do conflito. Nesse mesmo sentido, como um desdobramento das orientações do CERQUI, voltadas à classe operária, agregamos a campanha realizada pelo Boletim Nossa Classe nas portas de fábrica.

Consideramos, por outro lado, de máxima importância a divulgação das Resoluções do V Congresso do CERQUI, realizado em setembro de 2022. Aproveitamos também este livro para publicar as Resoluções Internacional e Nacional, aprovadas no XVI Congresso do POR, de fevereiro deste ano.

A vanguarda com consciência de classe tem, assim, um amplo conjunto de formulações que se gestaram em um momento de agravamento da crise mundial do capitalismo e no interior da luta de classes. Temos a certeza de que expressam a caracterização marxista-leninista-trotskista de que o capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. O objetivo histórico do POR é o de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É com essa luta diária que a vanguarda proletária avançará no sentido de superar a crise de direção.

*(Pelo Comitê Central do POR, Atílio de Castro, 5 de novembro 2022)*

## ATO POLÍTICO EM RECIFE - PE

No dia 25/02 foi realizado em Recife o ato político de lançamento do livro **Guerra na Ucrânia: Posição e resposta do internacionalismo proletário e formação política sobre a autodeterminação nacional**.

**R\$5**

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

**Sobre o direito à autodeterminação das nações**

Coletânea de Textos  
Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

**4 POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**MASSAS**

**PELO FIM DA GUERRA!**

**Ato político:**  
**Um ano da guerra na Ucrânia**

Contra a guerra de dominação, por uma paz sem anexação!

- Lançamento do livro **GUERRA NA UCRÂNIA: Posição e resposta do internacionalismo proletário**
- Formação política sobre a autodeterminação nacional

**25/02 | SÁBADO | 14h** **RECIFE-PE**

**4 POR** **Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO**

Confirme o local em **81 9789-6107**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Chile

## Boletim Revolução Proletária denuncia subordinação ao imperialismo

Dando sequência ao Boletim Revolução Proletária, a seção chilena do CERQUI publicou os números 8, 9 e 10 nas últimas semanas, com o objetivo de aproximar os trabalhadores das posições estratégicas do POR chileno, diante dos principais acontecimentos dessas semanas.

No editorial do número 8, se denuncia a situação das ISAPRES (Instituições de Saúde Previsional), braço privado do sistema de saúde chileno, um modelo neoliberal imposto pela ditadura pinochetista e mantido incólume por todos os governos civis posteriores, inclusive pelo Boric. As ISAPRES são ligadas ao setor privado e pagas somente com a contribuição de seus afiliados. Ocorre que que estas instituições têm elevado as prestações das mensalidades de acordo com seus próprios critérios, o que provocou o abandono de milhares de usuários, que não mais podem pagar e recorrem ao setor público (Fundo Nacional de Saúde), já depauperado e com orçamento reduzido para o ano 2023.

Muitos ex-usuários das ISAPRES reivindicaram ao poder judiciário a devolução de valores por serviços não executados. Entretanto, as empresas consideram essa decisão como lesiva e alegam que afetarão seus lucros, deixando-as, segundo elas, à borda da falência. O governo de Boric, vassalo do imperialismo, tenta um discurso para ajeitar os interesses dos capitalistas no plano legislativo, mas a situação efetiva é que não denuncia que o funcionamento das ISAPRES está subordinado aos acordos e tratados internacionais e NÃO ÀS LEIS CHILENAS. O que permitiu às empresas se retirarem da mesa proposta pelo governo para encontrar uma saída. A Corte Suprema mudou a sentença da primeira instância para favorecer as empresas, e os representantes do governo simularam que estavam defendendo os usuários, mas na verdade são tão subservientes quanto os outros representantes dos governos das concertações.

Na mesma linha, o Boletim Revolução Proletária denuncia também que o governo de Boric assinou acordo com os alemães para exploração do cobre. *“O servilismo do governo Boric em face do imperialismo se manifesta claramente na entrega dos recursos mineiros, pesqueiros, agrários e de serviços ao poder dominante mundial, assinando acordos com*

*a Alemanha enfraquecida pela guerra na Ucrânia, transformada em cão de guarda do interesse norte-americano na Europa”.*

No boletim número 9, se analisa os incêndios de bosques que afetam extensas regiões do país para negar que sejam um fenômeno “natural”, mas sim consequências das alterações feitas ao longo do tempo, principalmente desde a ditadura de Pinochet, com o seu regime fundiário e política econômica pró-imperialista. Nesse sentido, em Valparaíso, Viña del Mar e em todo o sul do país se queimaram milhares de espécies dos bosques nativos, protegidos pelos Mapuches, para substituí-los por espécies exóticas, como os eucaliptos. Estas plantações foram estimuladas pelas legislações da ditadura, que as subsidiava de modo a produzir madeira para construir móveis e casas e celulose para papel. Alteraram-se dessa forma não apenas a floresta, mas também o solo, que se tornou mais vulnerável a incêndios.

Ademais, existe a suspeita dos incêndios terem vinculação com os interesses da SOQUIMICH, empresa mineradora de Julio Ponce Lerou, genro de Pinochet, ligado à exploração do lítio, pois a queima dos bosques chilenos seria muito conveniente para serem ocupados pela exploração mineira em todo Chile.

Finalmente, no Boletim número 10, o POR denuncia a arapuca de uma nova Constituinte que volta a ser colocada no horizonte pela esquerda, para reforçar sua vocação de auxiliar da manutenção do capitalismo decadente no Chile. Essa esquerda burguesa, aglomerada no Aprove-Dignidade, não conseguiu aprovar a primeira reforma e muito menos preservar a dignidade e, assim como a direita, está dando a mínima para o que se passa na saúde, na educação e nos incêndios florestais, preocupados apenas em disputar o osso jogado pela burguesia, chamado de “novo processo constituinte”.

Em face dessa situação, o Boletim Revolução Proletária conclui que, *“contra a decadência e apodrecimento capitalista, que perturba toda a nação oprimida (...) devemos levantar uma pauta de luta nacional por trabalho, contra as demissões que protegem os empresários pela simples declaração de que estão falidos, contra a perseguição e desemprego dos trabalhadores de vanguarda que lutam para proteger a dignidade de todos os trabalhadores de base na saúde, educação e serviço públicos”.*

Israel-Palestina

## Estado Sionista realiza mais um massacre na Cisjordânia. Cresce a resistência do povo palestino

No dia 22 de fevereiro, em mais uma invasão no norte da Cisjordânia, dessa vez na cidade de Nablus, o exército israelense feriu 102 palestinos, sendo 82 vítimas baleadas e 11 mortes. O exército fechou todas as entradas da cidade até cercar e matar dois militantes do grupo armado recém-criado “Lion’s Den” (Cova dos Leões). Na invasão, os soldados israelenses foram confrontados por jovens palestinos com pedras, momento em que os soldados responderam com seus fuzis.

O grupo Lion’s Den, na cidade de Nablus, e a Brigada Jenin, na cidade de Jenin, têm se convertido em um polo de atração de uma juventude palestina disposta a resistir em armas às invasões israelenses. Com o contínuo descrédito da Autoridade Palestina, que se limita a fazer declarações formais de condenação às invasões e aos massacres, a juventude tem recorrido às ações armadas como forma imediata de resistência.

O avanço do governo ultradireitista de Netanyahu sobre os palestinos, intensificando e legalizando assentamentos judeus na Cisjordânia e realizando invasões e massacres, e a crescente radicalização da resistência contra o Estado de Israel apontam a tendência de uma nova etapa convulsiva na região.

É parte dessa tendência a aprovação em primeira votação, no dia 21 de fevereiro, da reforma judicial do governo Netanyahu no parlamento, que limita os poderes da Suprema Corte de anular leis aprovadas pelos parlamentares, em um Legislativo dominado pela ultradireita que dá poderes ao governo na nomeação de juizes. A tramitação da proposta de reforma judicial tem sido acompanhada por manifestações de dezenas de milhares de israelenses contrários à reforma, que têm sido reprimidas pela polícia israelense.

A ausência de uma direção revolucionária é um obstáculo para que os explorados palestinos e judeus, que sofrem nas mãos do governo ultradireitista de Netanyahu, possam se unir numa luta contra o Estado Sionista de Israel, e pela constituição de uma República Socialista da Palestina una e independente. É fundamental a solidariedade internacional ao povo palestino oprimido e aos judeus explorados. A classe operária e demais oprimidos do mundo somarão esforços ao povo palestino ao organizarem a luta anti-imperialista em seus respectivos países.

*Diante da proximidade do 8 de Março, dia de luta das mulheres em todo o mundo, o POR presta a sua homenagem trazendo à tona a experiência mais avançada de libertação das mulheres, que foi a experiência revolucionária da Rússia Soviética, através de um texto escrito por Lênin, em 1921. Ao mesmo tempo, seguindo a tradição classista, socialista e internacionalista, chamamos todos os lutadores e lutadoras a participar dos atos convocados em diversas cidades do país neste Dia 8. Em São Paulo, por exemplo, o ato está sendo chamado para o Vão do MASP, às 16h30.*

## **O Dia Internacional da Mulher Operária** (V. I. Lênin, Março de 1921)

O resultado principal, fundamental, obtido pelo bolchevismo e pela Revolução de Outubro consiste precisamente em ter incorporado à política os que sofriam a maior opressão sob o capitalismo. Os capitalistas os oprimiam, enganavam e saqueavam, seja sob a monarquia, ou sob a república democrática burguesa. Essa opressão, esse engodo e esse saque do trabalho do povo pelos capitalistas eram inevitáveis enquanto existia a propriedade privada da terra e das fábricas.

A essência do bolchevismo, a essência do Poder soviético está em concentrar em sua plenitude o poder do Estado nas mãos das massas trabalhadoras e exploradas, desmascarando a mentira e a hipocrisia da democracia burguesa e abolindo a propriedade privada da terra e das fábricas. Essas massas tomam a política em suas mãos, isto é, assumem a tarefa de edificar uma nova sociedade. A obra é difícil; as massas foram embrutecidas e oprimidas pelo capitalismo, mas não há, nem pode haver outra saída para a escravidão assalariada, para a escravidão capitalista.

É impossível incorporar as massas à política sem incorporar as mulheres, porque, no capitalismo, a metade feminina da humanidade é duplamente oprimida. Em primeiro lugar, as operárias e as camponesas são oprimidas pelo capital e, além disso, inclusive nas repúblicas burguesas mais democráticas, não gozam de plenos direitos, pois a lei nega a elas a igualdade com os homens. Em segundo lugar, e principalmente, permanecem submetidas à “escravidão do lar”, vivem sobrecarregadas com o trabalho mais mesquinho, mais ingrato, mais duro e mais embrutecedor, que é o trabalho da cozinha e, em geral, o da economia doméstica familiar individual.

A revolução bolchevique, soviética, corta as raízes da opressão e da desigualdade da mulher, corta tão profundamente como jamais um partido ou uma revolução ousaram cortar no mundo. Em nosso país, na Rússia Soviética, não tem sobrado nem restos da desigualdade da mulher e do homem diante da lei. O Poder soviético suprimiu por completo uma desigualdade tremendamente repulsiva, vil e hipócrita no direito matrimonial e familiar: a desigualdade no que se refere aos filhos.

Este é só o primeiro passo até a emancipação da mulher. Mas, nenhuma república burguesa, nem sequer a mais democrática, tem se atrevido a dar nem esse passo. Não tem se atrevido por temor à “sacrossanta propriedade privada”.

O segundo passo, que é o principal, foi a abolição da propriedade privada da terra e das fábricas. Assim, e somente assim, pode-se abrir o caminho para a emancipação completa e efetiva da mulher, para a sua libertação da “escravidão do lar”, por meio da transição da pequena economia doméstica individual para a grande economia socializada.

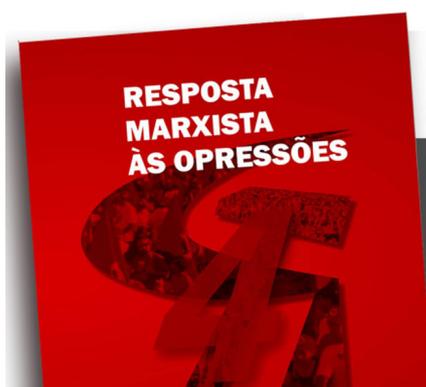
A transição é difícil, pois se trata de transformar as “normas” mais enraizadas, rotineiras, inveteradas e ossificadas (na verdade, não são “normas”, e sim infâmia e selvageria). Essa transição começou, a obra está em marcha, enveredamos pelo novo caminho.

E no Dia Internacional da Mulher Operária, em inúmeras reuniões de trabalhadoras de todos os países ressoarão as saudações à Rússia Soviética, que tem empreendido uma obra difícil e indescritivelmente penosa, mas grandiosa, de transcendência universal e verdadeiramente libertadora. Ressoarão apelos otimistas, exortando a não fraquejar diante da reação burguesa, que é encarniçada e feroz. Quanto mais “livre” ou “democrático” é um país burguês, mais brutalidades comete o bando capitalista contra a revolução dos operários; exemplo disso ocorre na república democrática dos Estados Unidos da América. Porém, o proletariado tem já despertado em massa. A guerra imperialista despertou definitivamente as massas adormecidas, tanto na América como na Europa e na atrasada Ásia.

Em todas as partes do mundo, rompeu-se o gelo.

Avança irresistivelmente a libertação dos povos do jugo imperialista, avança a emancipação dos operários e operárias do jugo do capital. Libertação que tem sido impulsionada por dezenas e centenas de milhões de operários e operárias, de camponeses e camponesas. E, por isso, a causa da emancipação do trabalho do jugo do capital triunfará no mundo inteiro.

*(Escrito em 4 de março de 1921, publicado no dia 8. Extraído das Obras Completas, Editorial Progreso, Tomo 42, págs. 385-387).*



R\$ **35**

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR



*Mulheres armadas na Revolução Russa*

# Posição marxista sobre as anexações

Devido à guerra na Ucrânia, o Partido Operário Revolucionário (POR) tem tido o cuidado de expor as questões de princípio e de tática, que envolvem as guerras da época do capitalismo imperialista e, consequentemente, a autodeterminação das nações oprimidas e a anexação.

O folheto *“Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação”*, de Lênin, é um dos escritos que melhor desenvolve as formulações marxistas em torno à relação entre guerra de dominação, autodeterminação, direito de separação e anexação. Não por acaso, foi escrito no mesmo período, de 1916, em que Lênin elaborou a obra *“O imperialismo, etapa superior do capitalismo”*.

A época do imperialismo é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. É nesse marco, precisamente quando a 1ª Guerra Mundial expunha o caráter devastador e bárbaro de um punhado de potências que controlava o restante dos países e se impunha pela força em todas as regiões, que o bolchevismo, sob a direção de Lênin, estabelecerá os fundamentos do direito à autodeterminação e a consequente luta contra as anexações.

Em meio à resposta prática à 1ª Guerra Mundial, Lênin se vê na contingência de demonstrar os erros que se manifestavam entre os próprios marxistas quanto à compreensão histórica e teórica sobre

o direito à autodeterminação, bem como evidenciar a posição dos oportunistas que o admitiam em palavras, mas não o aplicavam. Lênin enfatiza a importância da *“clareza política e a solidez teórica de nossas consignas”*. Em particular, destacamos as seguintes passagens:

*“Se um partido socialista declara que está “contra a retenção pela força das nações oprimidas dentro das fronteiras do Estado anexionista”, é que tal partido se compromete com essa declaração a renunciar à retenção pela força quando chegar ao poder”*.(...)

*( Os marxistas se opõem às anexações) (...) “porque a anexação viola a autodeterminação das nações ou, em outras palavras, porque é uma das formas de opressão nacional”*.(...)

*“Afirmamos: para que estejamos em condições de realizar a revolução socialista e derrubar a burguesia, os operários devem unir-se estreitamente, e, para essa estreita união, contribui a luta pelo direito das nações à autodeterminação, isto é, contra as anexações”*.

O folheto *“Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação”* é composto de uma introdução, dez pontos e uma conclusão. Devido ao espaço e ao objetivo de tratar, em especial, da questão da anexação, incluímos apenas os pontos 1, 3, 4 e 5.

## Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação

(Lênin, julho de 1916)

### 1 – O socialismo e o direito das nações à autodeterminação

Temos afirmado que seria uma traição ao socialismo renunciar à realização do direito das nações à autodeterminação sob o socialismo. Nos respondem: *“O direito à autodeterminação não é aplicável à sociedade socialista”*. A discordância é radical. Qual é a sua origem?



*“Sabemos – dizem nossos opositores – que o socialismo irá acabar completamente com toda opressão nacional, já que suprime os interesses de classe que a conduzem”* ... O que tem a ver a consideração sobre as premissas econômicas da supressão da opressão nacional, conhecidas e indiscutíveis há muito tempo, com a discussão sobre uma das formas de opressão política, ou seja: a retenção de uma nação por meio da força, dentro das fronteiras do Estado de outra nação? É simplesmente uma tentativa de se esquivar das questões políticas! E as considerações posteriores nos confirmam mais ainda essa avaliação: *“Não temos nenhum fundamento para supor que a nação terá na sociedade socialista o caráter de uma unidade político-econômica. O mais provável é que tenha apenas o caráter de uma unidade cultural e idiomática, uma vez que a divisão territorial de um grupo cultural socialista, sempre que existir, só poderá ser realizada de acordo com as necessidades da produção; além disso, se subentende que não deverão resolver a questão de tal divisão da nação em separado, tendo a plenitude do poder próprio (tal como exige o direito das nações à autode-*

*terminação’)*, mas sim que o determinarão em conjunto todos os cidadão interessados”...

Os camaradas polacos gostam deste último argumento da determinação conjunta ao invés da autodeterminação, que eles repetem três vezes em suas teses. Mas a frequência de repetição não transforma esse argumento outubrista e reacionário em um argumento socialdemocrata. Todos os reacionários e burgueses concedem às nações retidas pela força nas fronteiras do Estado o direito correspondente de determinar conjuntamente seu destino no Parlamento Comum. Guilherme II também concede aos belgas o direito *“a determinar em conjunto”*, no Parlamento comum alemão o destino do Império alemão.

Justamente o ponto em questão, o único em que está em discussão, o direito de separação, é o que nossos opositores se esforçam em ocultar. Isso seria cômico, se não fosse trágico!

Em nossa primeira tese já dissemos que a libertação das nações oprimidas pressupõe, no terreno político, uma dupla transformação: 1) igualdade total dos direitos das nações. Isso não provoca discussão, e se refere exclusivamente ao que acontece no interior do Estado; 2) liberdade de separação política. Isso se refere à determinação das fronteiras do Estado. Somente isso está em discussão. E nossos opositores ficam calados precisamente sobre isso. Não querem pensar sobre as fronteiras do Estado, nem mesmo no Estado em geral. É uma espécie de *“economicismo imperialista”*, semelhante ao velho *“economicismo”* dos anos 1894-1902, que argumentava: o capitalismo venceu, por isso não vem ao caso as questões políticas! O imperialismo venceu, por isso não vem ao caso as questões políticas! Tal teoria apolítica é profundamente hostil ao marxismo.

Marx dizia na Crítica ao Programa de Gotha: “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista há um período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período também corresponde um período político de transição, cujo Estado não pode ser diferente da ditadura revolucionária do proletariado.” Até agora, essa verdade foi indiscutível para os socialistas, que inclui o reconhecimento de que o Estado existirá até a transformação do socialismo vitorioso em comunismo integral. A expressão de Engels sobre a extinção do Estado é bem conhecida. Sublinhamos propositalmente, já em nossa primeira tese, que a democracia é uma forma de Estado, que também se extinguirá quando se extinguir o Estado. E enquanto nossos opositores não mudarem o marxismo por algum ponto de vista “não-estatal”, suas considerações serão completamente equivocadas.

Ao invés de falar do Estado (e, portanto, da determinação de suas fronteiras!), falam “do grupo cultural socialista”, ou seja, escolheram intencionalmente uma expressão nebulosa no sentido de todas as questões relacionadas ao Estado! É uma tautologia ridícula: certamente, se o Estado não existe, não existe nenhum problema com suas fronteiras. Se é assim, também é desnecessário todo programa democrático-político. A República também não existirá quando o Estado se extinguir.

Nos artigos do chauvinista alemão Lensch que nos referimos na tese 5 é citada uma passagem interessante da obra de Engels “O Pó e O Reno”. Engels diz, entre outras coisas, que, no curso do desenvolvimento histórico, que englobava uma série de nações pequenas e carentes de vitalidade, “as fronteiras das nações europeias grandes e viáveis” foram sendo determinadas cada vez mais “pelo idioma pelas simpatias” da população. Engels qualifica essas fronteiras como “naturais”. Assim foi na época capitalismo progressivo, na Europa, em torno de 1848 -1871. Atualmente, o capitalismo imperialista reacionário rompe, com crescente frequência essas fronteiras, determinadas democraticamente. Todos os sintomas assinalam que o imperialismo deixará como herança ao socialismo, que o sucederá, fronteiras menos democráticas, uma série de anexações na Europa e em outras partes do mundo. Isso é certo, o socialismo vitorioso, ao restaurar e concluir a democracia completa em todos os campos, renunciará à determinação democrática das fronteiras do Estado? Não desejará levar em conta as simpatias da população? Basta formular essas perguntas para ver com maior clareza que nossos companheiros polacos passam do marxismo para o economicismo imperialista.

Os velhos “economicistas”, que transformavam o marxismo em uma caricatura, ensinavam aos operários que, para os marxistas, “apenas” é importante “o econômico”. Os novos “economicistas” pensam que o Estado democrático do socialismo vitorioso existirá sem fronteiras (uma espécie de “complexo de sensações” sem a matéria), ou então as fronteiras serão determinadas “exclusivamente” de acordo com as necessidades da produção. Na realidade, essas fronteiras serão determinadas de forma democrática, isto é, de acordo com a vontade e as “simpatias” da população. O capitalismo pisoteia essas “simpatias”, acrescentando novas dificuldades à aproximação das nações. O socialismo, ao organizar a produção sem opressão de classe, ao garantir o bem-estar de todos os membros do Estado, possibilita a liberdade plena às “simpatias” da população, e, portanto, facilita e acelera enormemente a amizade e a união das nações.

Para que o leitor descanse um pouco do “economicismo” pesado e torpe, citaremos o raciocínio de um escritor socialista alheio à nossa discussão. Esse escritor é Otto Bauer, que também tem seu ponto fraco, a “autonomia cultural nacional”, mas que raciocina com muito acerto sobre uma série de questões importantíssimas. Por exemplo, na pág. 29 de seu livro A questão nacional e a socialdemocracia assinala com justeza que a ideologia nacionalista

acoberta uma política imperialista. Na pág. 30, “O socialismo e o princípio da nacionalidade”, diz: “A comunidade socialista jamais estará em condições de incorporar pela força nações inteiras. Imaginem as massas populares que desfrutam de todos os benefícios da cultura nacional, que participam de forma ativa e integral no trabalho legislativo e na administração e, por último, que estão armadas. Seria possível subjugar essas nações pela força ao domínio de um organismo social alheio? Todo o poder estatal é baseado na força das armas. O atual exército popular, graças a um mecanismo hábil, continua a ser uma arma nas mãos de uma determinada pessoa, famílias ou classe, exatamente igual aos antigos exércitos de cavaleiros e mercenários. Por outro lado, o exército da comunidade democrática da sociedade socialista não será outra coisa senão o povo armado, pois será composto por pessoas de alta cultura que trabalharão voluntariamente nas oficinas sociais e participarão plenamente em todas esferas da vida do Estado. Em tais condições, qualquer possibilidade de dominação por outra nação desaparecerá”.

Tudo isso é exato. Sob o capitalismo, não é possível suprimir a opressão nacional (nem a opressão política em geral). Para conseguir isso, é imprescindível abolir as classes, ou seja, implantar o socialismo. Mas, se bem que o socialismo se baseia na economia, está longe de resumir-se a ela. Para eliminar a opressão nacional falta uma base: a produção socialista; mas sobre essa base são precisos, além disso, a organização democrática do Estado, o exército democrático etc. Transformando o capitalismo em socialismo, o proletariado abre a possibilidade de suprimir completamente a opressão nacional; essa possibilidade se torna realidade “somente - “somente! - com a completa aplicação da democracia em todos os terrenos, incluindo a determinação das fronteiras do Estado em consonância com as simpatias da população, incluindo a plena liberdade de separação. Sobre essa base, por sua vez, e se desenvolverá na prática a eliminação absoluta dos menores conflitos nacionais, da menor desconfiança nacional, se acelerarão a amizade e a união das nações, o que culminará com a extinção do Estado. Essa é a teoria do marxismo, da qual os nossos companheiros polacos se afastaram erroneamente.

2. (...)

### 3. O que é uma anexação?

Essa pergunta foi formulada claramente em nossas teses (§ 7). Os camaradas polacos não a contestaram, a deixaram de lado: 1) declararam que são contra as anexações; 2) explicaram por que estão contra. São questões muito importantes, sem dúvida. Mas são outras questões. Se nos preocupamos, por pouco que seja, pela fundamentação teórica dos nossos princípios, por sua formulação clara e precisa, não podemos ignorar o problema das anexações, uma vez que esse conceito figura na nossa propaganda e agitações políticas. Evitar essa pergunta em uma discussão entre camaradas, só pode ser interpretado como abandono da própria posição.

Por que colocamos essa pergunta? Explicamos ao fazê-la. Porque “o protesto contra a anexação não é outra coisa que o reconhecimento do direito de autodeterminação”. O conceito de anexação compreende habitualmente: 1) o conceito de força (incorporação pela força); 2) o conceito de opressão nacional estrangeira (incorporação de uma região alheia etc.), e às vezes; 3) o conceito de violação do status quo. Também assinalamos isso nas teses, e não foi criticado.

Surge uma pergunta: os socialdemocratas se opõem em geral ao uso da força? É óbvio que não. Então, não nos opomos às anexações porque configurem força, mas por outro motivo. Tampouco

os socialdemocratas podem defender o status quo. Por muita volta que se dê, a única conclusão possível é a seguinte: uma anexação é a violação da autodeterminação de uma nação, é a delimitação das fronteiras de um Estado contra a vontade da população.

Opor-se às anexações significa estar a favor do direito da autodeterminação. Estar “contra a retenção de qualquer nação pela força, dentro das fronteiras de um determinado Estado” (também usamos deliberadamente esta fórmula, apenas modificada, dessa mesma ideia no parágrafo 4 de nossas teses, e os camaradas poloneses nos responderam com total clareza, declarando em seu § I, 4, no início, que eles estão “contra a retenção pela força das nações oprimidas nas fronteiras do Estado anexionista”) é o mesmo que estar a favor da autodeterminação das nações.

Não queremos discutir sobre palavras. Se há um partido que diz em seu programa (ou em uma resolução obrigatória para todos, não importa a forma) que se opõe às anexações e à retenção pela força das nações oprimidas nas fronteiras de seu Estado, então, declaramos nosso absoluto acordo de princípio com tal partido. Seria absurdo se apegar à palavra “autodeterminação”. E se houver aqueles em nosso partido que desejam mudar nesse sentido na formulação do parágrafo 9 do nosso programa partidário, não vamos considerar a divergência com esses camaradas como sendo uma questão de princípio.

O que importa é a clareza política e a solidez teórica de nossas consignas.

Nas discussões verbais sobre esse problema - cuja importância ninguém nega, sobretudo agora, por causa da guerra -, não se pôde ouvir esse argumento (não o encontramos na imprensa): um protesto contra um determinado mal não implica necessariamente o reconhecimento do conceito positivo que exclui este mal. É evidente que o argumento carece de base e, talvez, portanto não foi reproduzido em alguma parte da imprensa. Se um partido socialista declara que está “contra a retenção pela força das nações oprimidas dentro das fronteiras do Estado anexionista”, é que tal partido se compromete com essa declaração a renunciar à retenção pela força quando chegar ao poder.

Não duvidamos, nem por um instante, de que, se amanhã Hindenburg vencesse parcialmente a Rússia, e a consequência dessa semi-vitória fosse (devido ao desejo da Inglaterra e França de debilitar um pouco o czarismo) a criação de um novo Estado polaco, plenamente “realizável” do ponto de vista das leis econômicas do capitalismo e do imperialismo; e de que se logo, depois de amanhã, a revolução socialista vencesse em Petrogrado, Berlim e Varsóvia, então o Governo socialista polaco, bem como o Russo e o Alemão, renunciaria a “reter pela força”, digamos, os ucranianos “nas fronteiras do Estado Polaco”. E se fizessem parte desse governo membros da redação da Gazeta Robotnicza, evidentemente sacrificariam suas “teses”, e refutariam a “teoria” de que o “direito de autodeterminação é inaplicável à sociedade socialista”. Se pensássemos de outra maneira, teríamos colocado na ordem do dia, não uma discussão de camaradas com os socialdemocratas da Polônia, mas uma luta implacável contra eles, como chauvinistas.

Suponhamos que saio à rua em qualquer cidade europeia e faço publicamente um “protesto”, que repito em seguida nos jornais, porque não se permite comprar um homem como escravo. Não há dúvida que serei considerado, com razão, um escravista, partidário do princípio do sistema, como quiser, da escravidão. O fato de que minha simpatia pela escravidão tome a forma negativa de um protesto, em vez de uma forma positiva (“Sou a favor da escravidão”), não pode enganar ninguém. O “protesto” político equivale por completo a um programa político. Isso é tão evidente, que até se torna embaraçoso se ver obrigado a explicá-lo. Em todo o caso, temos a firme convicção de que da parte da esquerda de

Zimmerwald, pelo menos – não falos de todos os zimmerwaldianos, porque entre eles estão Mártov e outros kautskistas -, não provocaremos “protestos” se afirmamos que na III Internacional não haverá lugar para pessoas capazes de separar o protesto político do programa político, de opor um ao outro etc.

Como não desejamos discutir sobre as palavras, nos permitimos expressar a firme esperança de que os socialdemocratas polacos procurarão formular oficialmente com maior rapidez seu protesto para excluir o parágrafo 9 do nosso (e seu também) programa do partido, assim como do programa da Internacional (resolução do Congresso de Londres de 1896), bem como também sua definição das correspondentes ideias políticas sobre as “velhas e novas anexações” e da “retenção pela força das nações oprimidas nas fronteiras do Estado anexionista”.

## PASSEMOS À QUESTÃO SEGUINTE

### 4. Por que estar a favor ou contra as anexações?

No §3 da primeira parte de suas teses, os camaradas polacos declaram com toda precisão que estão contra todo tipo de anexação. Lamentavelmente, no §4 dessa mesma parte encontramos afirmações que somos obrigados a considerar anexionistas. Esse § começa com a seguinte frase ... estranha, para usar um eufemismo:

“O ponto de partida da luta da socialdemocracia contra as anexações, contra a retenção pela força das nações oprimidas nas fronteiras de um Estado anexionista, é a renúncia de toda defesa da pátria (itálico é dos autores), que na era do imperialismo é a defesa dos direitos da própria burguesia para oprimir e saquear outros povos...”

O que significa isso? O que isso quer dizer?

“O ponto de partida da luta contra as anexações é a renúncia de toda a defesa da pátria...” Mas se pode chamar de “defesa da pátria”, e até agora era usual chamá-las assim, a toda guerra nacional e a toda insurreição nacional! Estamos contra as anexações, mas... com isso queremos dizer que estamos contra que os anexados travem uma guerra para se libertar daqueles que os anexaram, estamos contra que os anexados se levantem para se libertar de quem os anexaram. Não é isso uma declaração anexionista?

Os autores das teses argumentam sua... estranha declaração dizendo que, “na era do imperialismo”, a defesa da pátria é a defesa dos direitos de sua própria burguesia de oprimir outros povos. Mas isso é correto apenas em relação à guerra imperialista, ou seja, guerra entre potências imperialistas, ou grupos de potências, quando ambos os partidos beligerantes, além de oprimirem “outros povos”, fazem guerra para decidir qual delas oprimirá mais povos estrangeiros!

Aparentemente, os autores colocam o problema da “defesa da pátria” de uma forma completamente diferente do que nosso partido afirma. Rejeitamos a “defesa da pátria” em uma guerra imperialista. Isto é dito com clareza, tanto no Manifesto do Comitê Central de nosso partido, como nas Resoluções de Berna, reproduzidas no folheto O Socialismo e a Guerra, publicado em alemão e francês. Enfatizamos isso duas vezes também em nossas teses (notas do parágrafo 4 e parágrafo 6). Ao que parece, os autores das teses polacas rechaçam a defesa da pátria em geral, ou seja, também em uma guerra nacional, considerando, talvez, que na “era do imperialismo” as guerras nacionais são impossíveis. Dizemos “talvez”, porque os camaradas poloneses não expuseram tal opinião em suas teses.

Essa opinião foi claramente expressa nas teses do grupo alemão “Internacional” e no folheto de Junius, o qual dedicamos um

artigo especial. Assinalemos, para completar o que foi dito neste artigo, que a insurreição nacional de uma região ou país anexado contra os anexionistas pode ser denominada precisamente de insurreição, e não guerra (ouvimos essa objeção e é por isso que a citamos, apesar de considerar que esta discussão terminológica não é séria). Em todo o caso, é pouco provável que haja alguém que se atreva a negar que a Bélgica, Sérvia, Galícia ou Armênia chamariam a sua “insurreição” contra os anexionistas de “defesa da Pátria” e a chamariam corretamente. Em resumo, os camaradas polacos estão contra tal insurreição porque nesses países anexados existem também uma burguesia, que também oprime povos estrangeiros, ou melhor, pode oprimi-los, porque se trata tão somente de “seu direito de oprimir”. Portanto, para analisar uma determinada guerra ou uma dada insurreição não se considera seu verdadeiro conteúdo social (a luta da nação oprimida contra o opressor por sua independência), mas o possível exercício de seu “direito de oprimir” de uma burguesia hoje oprimida. Se a Bélgica, por exemplo, fosse anexada pela Alemanha em 1917, e em 1918 se levantasse por sua libertação, os camaradas poloneses estariam contra o levante, porque a burguesia belga tem “o direito de oprimir os povos estrangeiros”!

Nesse raciocínio não há nada de marxismo, nem de revolucionário. Para não trair o socialismo, devemos apoiar qualquer insurreição contra nosso principal inimigo, a burguesia dos grandes países, sempre que não se trate da insurreição de uma classe reacionária. Ao negarmos a apoiar a insurreição das regiões anexadas, nos tornamos, objetivamente, em anexionistas. Justamente na “era do imperialismo”, que é a era do começo da revolução social, o proletariado apoiará com energia particular a insurreição das regiões anexadas, a fim de atacar depois, ou, ao mesmo tempo, a burguesia da “grande” potência, enfraquecida por essa insurreição.

No entanto, os camaradas poloneses vão ainda mais longe em seu anexionismo. Não são apenas contra a insurreição das regiões anexadas; estão contra qualquer restabelecimento de sua independência, ainda que pacífica! Vejam:

“A socialdemocracia, que se livra de toda responsabilidade pelas consequências da política opressora do imperialismo, e que as combate da maneira mais enérgica, de modo algum se manifesta pelo estabelecimento de novos limites fronteiriços na Europa, nem tampouco pelo reestabelecimento daqueles que o imperialismo destruiu.”

Na atualidade, “o imperialismo destruiu os limites fronteiriços” entre a Alemanha e a Bélgica, entre a Rússia e a Galícia. Ao que parece, a socialdemocracia internacional deve opor-se a seu restabelecimento, não importando de que forma se produza. Em 1905, “na era do imperialismo”, quando a Assembleia Autônoma da Noruega (SEIM) proclamou sua separação da Suécia, e quando a guerra da Suécia contra a Noruega, preconizada pelos reacionários suecos, não teve lugar pela resistência dos operários suecos e a situação imperialista internacional, a socialdemocracia deveria ter se oposto à separação da Noruega, uma vez que significava indiscutivelmente o “estabelecimento de novos limites fronteiriços na Europa”!

Isso já é anexionismo franco e manifesto. Não é necessário refutá-lo, porque refuta por si mesmo. Nenhum partido socialista se atreveria a adotar tal posição: “estamos contra as anexações em geral, mas, quanto à Europa, aceitamos as anexações ou as admitimos uma vez estabelecidas...”

É preciso que nos detenhamos nas origens teóricas do erro que levou nossos camaradas poloneses a uma... “incapacidade” tão evidente. Mais adiante falaremos da ausência de fundamento em tratar separadamente a “Europa”. As duas frases seguintes das teses explicam outras fontes do erro:

“... Ali onde a roda do imperialismo passou por cima de um Estado capitalista já formado, esmagando-o, ali se opera, de forma brutal, a opressão imperialista, a concentração política e econômica do mundo capitalista, que prepara o socialismo...”

Essa justificativa para as anexações é o struvismo, não marxismo. Os socialdemocratas russos, que se lembram da década de 1890 na Rússia, sabem perfeitamente esta forma de distorcer o marxismo, comum aos senhores Struve, Legien, Cunow e Cia. Justamente quando os struvistas alemães - os chamados “socialimperialistas” -, em outra tese (II, 3) dos camaradas polacos lemos”.

(A consigna do direito das nações à autodeterminação) “permite aos socialimperialistas demonstrarem o caráter ilusório dessa consigna, a oportunidade de apresentar nossa luta contra a opressão nacional como um sentimentalismo historicamente irrealizável, e com isso socavar a confiança do proletariado no fundamento científico do programa socialdemocrata...”

Isso significa que os autores consideram “científica” a posição dos struvistas alemães! Parabéns!

Basta uma “pequenez” para destruir esse argumento surpreendente, que é esgrimido contra nós como ameaça da razão que têm os Lensch, Cuinow e Parvus, a saber: esses Lensch são pessoas consequentes, à sua maneira, e no número 8-9 da Revista chauvinista alemã *A campanha* (Die Glocke) – citamos deliberadamente neste número em nossas teses - Lensch pretende demonstrar ao mesmo tempo “a falta de base científica” da consigna da autodeterminação (aparentemente, os socialdemocratas polacos consideraram irrefutável essa argumentação de Lensch, como comprova a passagem de suas teses citadas por nós...) e a “falta de base científica” da consigna: contra as anexações!!

Ocorre que Lensch compreendeu perfeitamente a verdade sensível que assinalamos aos camaradas polacos, e a que esses não quiseram responder: não existe diferença, “nem econômica, nem política”, nem lógica em geral, entre o “reconhecimento” da autodeterminação e o “protesto” contra as anexações. Se os camaradas polacos consideram irrefutáveis os argumentos dos Lenschs contra a autodeterminação, não podem deixar de admitir um fato: os Lenschs também opõem todos esses argumentos à luta contra as anexações.

O erro teórico que se encontra na base de todos os raciocínios dos nossos camaradas polacos os levou a converterem-se em anexionistas inconsequentes.

## 5 – Por que a socialdemocracia se opõe às anexações?

Do nosso ponto de vista, a resposta é clara: porque a anexação viola a autodeterminação das nações ou, em outras palavras, porque é uma das formas de opressão nacional.

Do ponto de vista dos socialdemocratas polacos, é necessário explicar de forma especial por que nos opomos às anexações, e essas explicações (I, 3 nas teses) inevitavelmente enredam os autores em uma nova série de contradições.

Eles apresentam dois argumentos para “justificar” porque nos opomos às anexações (apesar dos argumentos “cientificamente fundamentados” dos Lenschs). O primeiro é o seguinte:

“... Em relação à afirmação de que as anexações na Europa são indispensáveis para a segurança militar de um Estado imperialista vitorioso, a socialdemocracia opõe o fato de que as anexações somente agudizam os antagonismos e, assim, aumentam o perigo de guerra...” Essa é uma resposta inadequada aos Lensch, porque seu principal argumento não é a necessidade militar, mas o elemento

de progresso econômico das anexações, que significam concentração imperialista. Onde, nesse caso, está a lógica, se os socialdemocratas polacos reconhecem o elemento progressivo de semelhante concentração, recusando-se a restabelecer na Europa os limites fronteiriços destruídos pelo imperialismo e, ao mesmo tempo, se opõem às anexações?

Prossigamos. As anexações intensificam o perigo de que guerra? Não das guerras imperialistas, porque essas têm outras causas: os principais antagonismos na atual guerra imperialista são indiscutivelmente os antagonismos entre a Inglaterra e a Alemanha, entre a Rússia e a Alemanha. Nesse caso, não houve anexações. Trata-se do aumento do perigo de guerras e insurreições nacionais. Mas como é possível, por um lado, declarar que as guerras nacionais são impossíveis “na era do imperialismo” e, por outro, falar do “perigo” das guerras nacionais? Isso não é lógico.

O segundo argumento:

As anexações “abrem um abismo entre o proletariado da nação dominante e o da nação oprimida”... “o proletariado da nação oprimida se uniria à sua burguesia e veria um inimigo no proletariado da nação dominante. A luta de classes do proletariado internacional contra a burguesia internacional seria substituída pela divisão do proletariado, por sua corrupção ideológica...”

Compartilhamos totalmente desses argumentos. Mas é lógico apresentar em um mesmo problema, de forma simultânea, argumentos que excluem uns aos outros? No § 3º da Parte I das teses lemos os argumentos citados, que veem nas anexações a divisão

do proletariado; mas, juntamente com ele, no § 4º, nos dizem que na Europa é necessário ser contra a anulação das anexações já realizadas e a favor da “educação das massas operárias das nações oprimidas e opressoras para a luta solidária”. Se a anulação das anexações é “sentimentalismo” reacionário, então não se pode argumentar que as anexações abrem “um abismo” entre “o proletariado” e provocam sua “divisão”; pelo contrário, as anexações terão de ser vistas como uma condição da aproximação do proletariado das diferentes nações.

Afirmamos: para que estejamos em condições de realizar a revolução socialista e derrubar a burguesia, os operários devem unir-se estreitamente, e, para essa estreita união, contribui a luta pelo direito das nações à autodeterminação, isto é, contra as anexações. Continuamos sendo consequentes. Ao contrário, os camaradas polacos, que qualificam de “intangíveis” as anexações europeias, e de “impossíveis” das guerras nacionais, se refutam a si mesmos, quando objetam as anexações empregando justamente argumentos acerca das guerras nacionais! Justamente argumentos sobre a dificuldade que provocam as anexações para a aproximação e fusão dos operários de diferentes nações!

Em outras palavras: para se opor às anexações, os socialdemocratas polacos têm de tomar seus argumentos de uma bagagem teórica que eles mesmos rechaçam por princípio.

Isto é ainda mais evidente nos problemas das colônias.

(Lênin, Obras Completas, Akal Editor, tomo XX III)

# Campanha do POR contra a Guerra, no Massas

A POR realizou uma campanha sistemática contra a guerra de dominação na Ucrânia, promovida pelos EUA/OTAN. Essa campanha está materializada em todas as edições do Massas desde o final de janeiro de 2022.



The image displays a grid of 12 covers of the newspaper 'Massas', arranged in two columns and six rows. Each cover features the newspaper's masthead at the top, followed by a specific headline in bold black text. The headlines are: 1. 'Aumenta o perigo de guerra entre Estados Unidos e Rússia, na Ucrânia'; 2. 'Estados Unidos decidem pela guerra'; 3. 'Viva o XVI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)'; 4. 'Agrava-se a crise na Ucrânia e na Europa'; 5. 'Ucrânia em ruínas'; 6. 'Completado um mês, Biden pressionou pela continuidade da guerra'; 7. 'Pelo fim da guerra na Ucrânia!'; 8. 'Por um 1º de Maio classista e internacionalista'; 9. 'Ucrânia em ruínas' (repeated); 10. 'Completado um mês, Biden pressionou pela continuidade da guerra' (repeated); 11. 'Pelo fim da guerra na Ucrânia!' (repeated); 12. 'Por um 1º de Maio classista e internacionalista' (repeated). Each cover also includes smaller text, such as the date of the issue and the name of the political group.

MASSAS
Crescem as tendências de luta no interior da classe operária
Contra o fechamento de fábricas, defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas...

MASSAS
Três meses de guerra na Ucrânia
Lutemos pelo fim da guerra, sob as bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

MASSAS
Prolonga e agrava a guerra na Ucrânia
Para conquistar a paz, é preciso pôr fim à presença da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa

MASSAS
A classe operária e demais trabalhadores sentem o peso da crise econômica e da desintegração do capitalismo mundial
A maioria oprimida está pagando com o crescimento da miséria e da fome!

MASSAS
Cúpula de Madri OTAN prepara maior escalada militar contra a Rússia e a China
Estados Unidos impulsionam as tendências bélicas gestadas nas entranhas da guerra comercial

MASSAS
Cinco meses de guerra na Ucrânia
Se a classe operária e os demais trabalhadores não se levantarem, não haverá uma solução progressiva

MASSAS
Estados Unidos, uma ameaça à humanidade
Não ao intervencionismo do imperialismo norte-americano em Taiwan!
Pelo fim da guerra na Ucrânia!

MASSAS
Seis Meses de Guerra na Ucrânia
Não há outra via de combater a guerra de dominação a não ser pelo meio da luta de classes do proletariado e da maioria oprimida contra os capitalistas e seus governos

MASSAS
84 anos da fundação da IV Internacional
(2 de setembro de 1938 - 2 de setembro de 2023)
Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista

MASSAS
Realizado o V Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)
A crise mundial exige todo esforço em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista

MASSAS
Sete Meses de Guerra na Ucrânia
O prolongamento da guerra serve sobretudo aos Estados Unidos
A incorporação de Donbass à Rússia não unirá o povo ucraniano e russo pelo fim da crise econômica e militar do imperialismo

MASSAS
Pelo fim da guerra na Ucrânia!
AGRAVA CRISE MUNDIAL. POTÊNCIA A ESCALADA MILITAR IMPULSIONADA PELO IMPERIALISMO
Somente a classe operária unida e coesa pode lutar consequentemente pelo fim da guerra...

MASSAS
Oito meses de guerra na Ucrânia
Somente a classe operária organizada e a luta contra a agressão capitalista podem impor uma paz sem os ditames dos Estados Unidos, das potências europeias e da OTAN...

MASSAS
Greves e manifestações na Europa indicam o caminho da luta pelo fim da guerra na Ucrânia
Somente a classe operária unida e organizada sobre a base do programa da revolução proletária pode impor o fim da guerra...

MASSAS
Nove meses de guerra na Ucrânia
Novos sinais de agravamento da crise mundial!
SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA ORGANIZADA, UNIDA E EM LUTA PODE DAR UMA SOLUÇÃO PROGRESSIVA À GUERRA DE DOMINAÇÃO

MASSAS
Guerra na Ucrânia
Biden não quer a paz, mas sim a capitulação da Rússia
SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, UNIDA E EM LUTA, PODE ACABAR COM A GUERRA DE DOMINAÇÃO

MASSAS
Dez meses de guerra na Ucrânia
Estados Unidos impulsionam a escalada militar na Europa e no mundo
SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA UNIDA E ORGANIZADA PODE TRANSFORMAR A GUERRA DE DOMINAÇÃO EM GUERRA DE LIBERTAÇÃO

MASSAS
Onze meses de guerra na Ucrânia
Mais um passo na escalada militar somente a classe operária em luta por seu programa poderá quebrar as tendências bélicas do imperialismo
Nenhum apoio ao governo burguês de Lula

MASSAS
Guerra na Ucrânia
Lula vai ao encontro de Biden
Estados Unidos querem que o Brasil se alinhe ao bloco imperialista
A classe operária e os demais trabalhadores brasileiros devem se colocar contra qualquer apoio do Brasil à escalada militar dos Estados Unidos e aliados

MASSAS
1 ano de Guerra na Ucrânia
Resolução da ONU não é por uma paz sem anexação, é um ultimato à Rússia!
Lula contribuiu com a posição dos Estados Unidos e de seu bloco imperialista

Adquira qualquer uma ou o conjunto dessas edições do Jornal Massas com um militante do Partido Operário Revolucionário para acompanhar todos os desdobramentos da Guerra na Ucrânia.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.

